EMPRESA PARAIBANA DE COMUNICAÇÃO

A UNIÃO

129 Anos Patrimônio da Paraíba

PUBLICIDADE LEGAL DIGITAL

Relatório da Diretoria

A Administração da Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A ("Energisa Borborema", "EBO" ou "Companhia") apresenta os fatos e eventos marcantes do exercício de 2021, acompanhados das Demonstrações Financeiras correspondentes, preparadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS). Essas demonstrações foram revisadas e aprovadas pela Diretoria em 16 de março de 2022.

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

A Companhia atende:

229 mil	33	518 mil	1.966	278	6
Clientes Cativos	Clientes Livres	Habitantes	Km²	Colaboradores 204 próprios e 26 terceirizados	Municípios Campina Grande, Lagoa Seca, Queimadas, Fagundes, Massaranduba e Boa Vista

Ao longo de 2021, os ativos operacionais da Companhia tiveram a seguinte evolução:

Descrição do ativo	2021	2020	Acréscimo
Subestações - nº	8	8	0
Capacidade instalada nas subestações - MVA	185	185	0
Linhas de transmissão - km	45	45	0
Redes de distribuição - km	5.878	5.845	33
Transformadores instalados nas redes de distribuição - nº	4.922	4.804	118
Capacidade instalada nas redes de distribuição (próprias) - MVA	239	230	9

Nota: Os dados são passíveis de recontabilizações.

A EBO foi reconhecida em 2021 como melhor Distribuidora do Brasil, no Prêmio Abradee, da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica, entre empresas com menos de 500 mil clientes. Foi também a concessionária com a melhor avaliação dos clientes, com um Índice de Satisfação da Qualidade Percebida (ISQP) de 80,8%, ante média nacional de 65,5%.

2. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

2.1. Destaques: Resume-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Companhia:

Descrição	2021	2020	Variação %
Resultados - R$ milhões			
Receita Operacional Bruta	528,4	422,5	+ 25,1
Receita Operacional Bruta, sem receita de construção	512,9	407,0	+ 26,0
Receita Operacional Líquida	367,7	282,5	+ 30,2
Receita Operacional Líquida, sem receita de construção	352,2	266,9	+ 31,9
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras (EBIT)	73,9	40,1	+ 84,3
EBITDA	83,0	48,8	+ 70,3
EBITDA Ajustado (1)	89,6	54,4	+ 64,6
Resultado Financeiro	1,2	0,9	+ 36,4
Lucro Líquido	61,3	34,4	+ 78,4
Indicadores Financeiros - R$ milhões			
Ativo Total	457,2	449,1	+ 1,8
Caixa/Equivalentes de Caixa/Aplicações Financeiras	59,3	109,2	- 45,7
Patrimônio Líquido	168,0	158,4	+ 6,1
Endividamento Líquido	14,0	23,0	- 39,3
Indicadores Operacionais			
Número de Consumidores Cativos (mil)	228,5	224,7	+ 1,7
Vendas de energia a consumidores cativos (GWh) (2)	552,0	547,0	+ 0,9
Vendas de energia a consumidores cativos + livres (GWh) (2)	703,7	670,1	+ 5,0
Indicador Relativo			
EBITDA Ajustado/Receita Líquida (%)	24,4	19,3	+ 5,1 p.p.

(1) EBITDA Ajustado: EBITDA mais acréscimos moratórios de contas de energia | (2) Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE.

3. DESEMPENHO OPERACIONAL

3.1. Mercado de energia

Em 2021, as vendas de energia elétrica a consumidores finais (mercado cativo), localizados na área de concessão da Companhia, somadas à energia associada aos consumidores livres (TUSD), totalizaram 703,7 GWh, aumento de 5,0% em relação ao ano anterior.

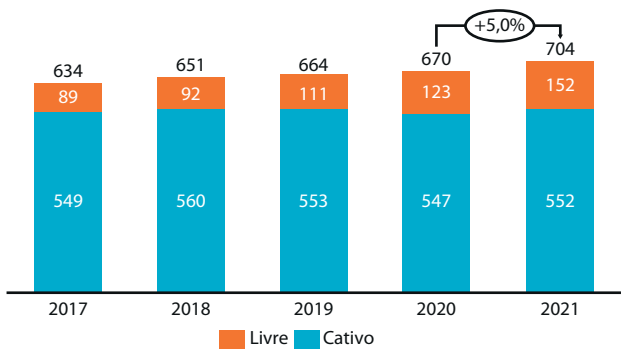
O resultado configurou o maior avanço da distribuidora desde 2013, com desempenho positivo na maioria das classes. Foi determinante o bom desempenho industrial, que mostrou recuperação após sofrer com paralisações na cadeia de produção no ano anterior, em meio a pandemia, com destaque para o ramo de calçados. Avançaram também o consumo comercial e o do poder público, em meio as flexibilizações e retomada de serviços, além do gradual retorno das atividades presenciais no funcionalismo. Por fim, o clima quente e seco na maior parte do ano e a manutenção do home office em alguns segmentos garantiram a alta no consumo residencial.

A composição do mercado nos últimos trimestre e exercício foi a seguinte:

Descrição / Valores em GWh	Trimestre 4T21	Trimestre 4T20	Trimestre Var. %	Exercício 2021	Exercício 2020	Exercício Var. %
Residencial	**71,9**	**71,7**	**+ 0,3**	**284,4**	**276,6**	**+ 2,8**
Industrial	**41,4**	**42,5**	**- 2,6**	**161,7**	**145,0**	**+ 11,5**
Cativo Industrial	11,9	14,1	- 15,6	47,3	50,9	- 7,2
Livre Industrial	29,5	28,5	+ 3,8	114,5	94,1	+ 21,6
Comercial	**41,6**	**40,4**	**+ 3,0**	**156,2**	**148,9**	**+ 4,9**
Cativo Comercial	31,2	31,9	- 2,2	118,8	119,9	- 0,9
Livre Comercial	10,4	8,5	+ 22,3	37,3	29,0	+ 28,9
Rural	**6,4**	**6,8**	**- 5,5**	**25,1**	**25,0**	**+ 0,6**
Cativo Rural	6,4	6,8	- 5,5	25,1	25,0	+ 0,6
Livre Rural	-	-	-	-	-	-
Outros	**19,4**	**19,2**	**+ 0,7**	**76,3**	**74,6**	**+ 2,3**
Cativo Outros	19,4	19,2	+ 0,7	76,3	74,6	+ 2,3
Livre Outros	-	-	-	-	-	-
1 Vendas de energia no mercado cativo	**140,8**	**143,7**	**- 2,0**	**552,0**	**547,0**	**+ 0,9**
2 Energia associada aos consumidores livres (TUSD)	39,9	37,0	+ 8,0	151,8	123,1	+ 23,3
3 Mercado cativo + TUSD (1+2)	**180,7**	**180,6**	**+ 0,0**	**703,7**	**670,1**	**+ 5,0**
4 Fornecimento não faturado	5,5	1,1	+ 392,5	3,0	(1,5)	-
5 Mercado cativo + TUSD + fornecimento não faturado (3+4)	**186,2**	**181,7**	**+ 2,4**	**706,7**	**668,6**	**+ 5,7**

Nota: Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE.

O gráfico, a seguir, apresenta a evolução do mercado de energia elétrica, cativo e livre, em GWh da Companhia, nos últimos cinco anos:



A Companhia encerrou o ano com 228.549 unidades consumidoras cativas, número 1,7% superior ao registrado no fim de ano anterior e com 33 consumidores livres. **4.2. Perdas de energia elétrica ("perdas"):** A Companhia consolida a trajetória de redução iniciada no 2T21 e fecha o 4T21 com redução de 0,1 ponto percentual na comparação com o 3T21. Em relação a 4T20 a e redução foi de 0,25 ponto percentual. A distribuidora segue abaixo do índice regulatório fechando 4T21 com delta de 0,13 ponto percentual.

Últimos 12 meses

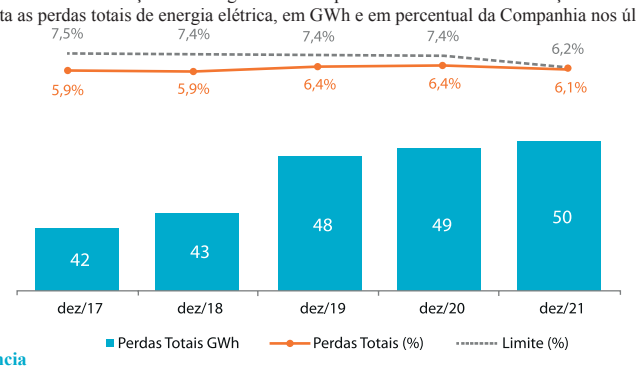
Perdas Técnicas (%)			Perdas Não-Técnicas (%)			Perdas Totais (%)			ANEEL
dez/20	set/21	dez/21	dez/20	set/21	dez/21	dez/20	set/21	dez/21	
5,57	5,60	5,61	0,78	0,62	0,50	6,36	6,21	6,11	6,24

Perdas Técnicas			Perdas Não-Técnicas			Perdas Totais			
dez/20	set/21	dez/21	dez/20	set/21	dez/21	dez/20	set/21	dez/21	Var.(%)(1)
42,6	45,0	45,5	6,0	5,0	4,1	48,6	50,0	49,5	- 0,9

(1) Variação dezembro de 2021/setembro de 2021.

Nota: Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

O gráfico, a seguir, apresenta as perdas totais de energia elétrica, em GWh e em percentual da Companhia nos últimos cinco anos:



3.3. Gestão da Inadimplência

3.3.1. Taxa de Inadimplência

A taxa de inadimplência dos consumidores, medida pela relação percentual entre a soma da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa ("PPECLD") e o fornecimento faturado da Companhia no período de 12 meses, é apresentada a seguir:

PPECLD (% do Fornecimento faturado)	Em 12 meses (%) dez/21	dez/20	Variação em p.p.
EBO	0,30	0,66	- 0,37

3.3.2. Taxa de Arrecadação

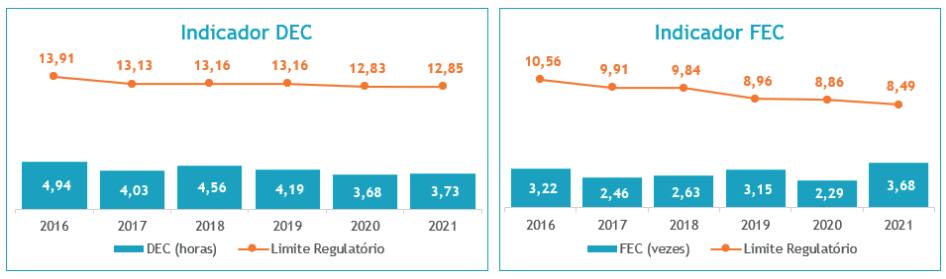
A taxa de arrecadação da Companhia, representada pela arrecadação dos últimos 12 meses sobre ao faturamento bruto do mesmo período, é apresentada a seguir:

Taxa de Arrecadação (%)	Em 12 meses (%) dez/21	dez/20	Variação em p. p.
EBO	98,71	98,46	+ 0,25

3.5. Indicadores de qualidade dos serviços - DEC e FEC

A Companhia alcançou os menores valores da série histórica tanto para o DEC quanto para o FEC.

Nos últimos seis anos, esses indicadores apresentaram a seguinte evolução:



4. DESEMPENHO FINANCEIRO

4.1. Receita Operacional

Em 2021, a Companhia apresentou receita operacional bruta, sem a receita de construção que é atribuída margem zero, de R$ 512,9 milhões contra R$ 407,0 milhões registrados em 2020, crescimento de 26,0% (R$ 105,9 milhões). A receita operacional líquida, também deduzida da receita de construção, apresentou acréscimo de 31,9% (R$ 85,3 milhões) no período, para R$ 352,2 milhões.

A seguir, as receitas operacionais por classe de consumo:

Descrição	Trimestre 4T21	Trimestre 4T20	Trimestre Var. %	Exercício 2021	Exercício 2020	Exercício Var. %
(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)	**113,8**	**89,8**	**+ 26,7**	**396,9**	**340,2**	**+ 16,7**
✓ Residencial	59,1	47,6	+ 24,3	211,4	181,1	+ 16,7
✓ Industrial	9,5	7,9	+ 20,1	33,0	28,8	+ 14,4
✓ Comercial	27,8	21,5	+ 28,9	93,2	81,4	+ 14,5
✓ Rural	4,6	3,5	+ 31,1	15,6	12,8	+ 22,4
✓ Outras classes	12,9	9,3	+ 37,7	43,7	36,1	+ 21,1
(+) Suprimento de energia elétrica	3,1	14,6	- 78,7	17,6	23,6	- 25,4
(+) Fornecimento não faturado líquido	4,8	0,4	+ 1.276,9	6,2	(2,2)	-
(+) Disponibilidade do sistema elétrico (TUSD)	5,5	4,7	+ 16,7	18,7	16,7	+ 12,3
(+) Receitas de construção	5,2	3,4	+ 53,3	15,5	15,5	- 0,0
(+) Constituição e amortização (CVA)	14,9	7,6	+ 95,6	35,9	1,0	+ 3.528,4
(+) Subvenções vinculadas aos serviços concedidos	5,4	5,2	+ 2,2	20,4	22,0	- 7,6
(+) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	3,0	2,2	+ 36,1	12,5	3,0	+ 318,3
(+) Ultrapassagem demanda e excedentes de reativo	5,3	0,4	+ 1.261,9	0,7	1,4	- 51,4
(+) Outras receitas	(4,1)	0,4	-	4,1	1,4	+ 200,3
(=) Receita bruta	**156,9**	**128,8**	**+ 21,8**	**528,4**	**422,5**	**+ 25,1**
(-) Impostos sobre vendas	41,2	33,7	+ 22,2	141,3	126,2	+ 12,0
(-) Deduções bandeiras tarifárias	(0,4)	(0,3)	+ 53,9	(1,8)	(0,6)	+ 200,5
(-) Encargos setoriais	5,3	3,8	+ 39,4	21,3	14,5	+ 46,9
(=) Receita líquida	**110,8**	**91,5**	**+ 21,0**	**367,7**	**282,5**	**+ 30,2**
(-) Receitas de construção	5,2	3,4	+ 53,3	15,5	15,5	- 0,0
(=) Receita líquida, sem receitas de construção	**105,5**	**88,1**	**+ 19,8**	**352,2**	**266,9**	**+ 31,9**

Seguem algumas variações em R$ milhões:

i) Crescimento de 26,7% (R$ 24,0 milhões) nas receitas no mercado cativo no 4T21 em relação ao 4T20 (acréscimo de 16,7% ou R$ 56,7 milhões em 2021 sobre 2020);

ii) Incremento de 36,1% (R$ 0,8 milhão) na remuneração do ativo financeiro indenizável da concessão no 4T21 em relação ao 4T20 (acréscimo de 318,3% ou R$ 9,5 milhões em 2021 sobre 2020);

iii) Aumento de 16,7% (R$ 0,8 milhão) na receita bruta de disponibilidade do sistema elétrico (TUSD) no 4T21 em relação ao 4T20 (acréscimo de 12,3% ou R$ 2,1 milhões em 2021 sobre 2020); e

iv) Redução de 78,7% (R$ 11,5 milhões) no suprimento de energia elétrica a outras concessionárias no 4T21 em relação ao 4T20 (decréscimo de 25,4% ou R$ 6,0 milhões em 2021 sobre 2020).

4.2. Despesas operacionais

As despesas operacionais, excluindo os custos de construção, totalizaram R$ 278,3 milhões em 2021 *e R$* 78,8 milhões no 4T21, aumentos de 22,7% (R$ 51,5 milhões) e 5,2% (R$ 3,9 milhões) respectivamente, quando comparado com os mesmos períodos de 2020. As despesas com PMSO (Pessoal, Material, Serviços e Outros) registraram crescimento de 9,0% (R$ 1,1 milhão), totalizando R$ 12,8 milhões no 4T21. No exercício essas despesas totalizaram R$ 41,5 milhões, acréscimo de 7,6% (R$ 2,9 milhões) ante os R$ 38,6 milhões registrados no 2020.

A composição das despesas operacionais pode ser assim demonstrada:

Composição das despesas operacionais / Valores em R$ milhões	Trimestre 4T21	Trimestre 4T20	Trimestre Var. %	Exercício 2021	Exercício 2020	Exercício Var. %
1 Custos e Despesas não controláveis	**63,8**	**61,5**	**+ 3,7**	**226,3**	**177,3**	**+ 27,7**
1.1 Energia comprada	55,9	52,6	+ 6,1	191,8	147,4	+ 30,2
1.2 Transporte de potência elétrica	7,9	8,9	- 10,7	34,5	29,9	+ 15,4
2 Custos e Despesas controláveis	**13,0**	**11,3**	**+ 15,1**	**42,5**	**40,6**	**+ 4,7**
2.1 PMSO	**12,8**	**11,8**	**+ 9,0**	**41,5**	**38,6**	**+ 7,6**
2.1.1 Pessoal	6,7	6,2	+ 7,4	19,7	18,1	+ 9,0
2.1.2 Benefício pós-emprego	0,1	0,1	+ 16,1	0,4	0,3	+ 39,2
2.1.3 Material	1,0	0,6	+ 60,4	2,8	2,3	+ 19,9
2.1.4 Serviços de terceiros	4,2	4,2	- 0,1	16,1	16,3	- 0,9
2.1.5 Outras	0,8	0,6	+ 36,1	2,5	1,6	+ 52,9
✓ Multas e compensações	0,0	0,0	- 20,0	0,0	0,0	+ 4,2
✓ Contingências (liquidação de ações cíveis)	0,2	0,3	- 21,8	0,7	0,7	+ 0,1
✓ Outros	0,6	0,3	+ 90,3	1,7	0,9	+ 98,7
2.2 Provisões/Reversões	0,2	(0,5)	-	0,9	2,0	- 52,1
2.2.1 Contingências	0,1	(0,3)	-	(0,3)	(0,4)	- 28,0
2.2.2 Perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa	0,1	(0,2)	-	1,2	2,4	- 47,9
3 Demais receitas/despesas	**1,9**	**2,1**	**- 5,3**	**9,5**	**9,0**	**+ 5,7**
3.1 Amortização e depreciação	2,6	2,1	+ 19,5	9,1	8,7	+ 5,5
3.2 Outras receitas/despesas	(0,6)	(0,1)	+ 683,1	0,4	0,3	+ 12,8
Total Custos e Despesas Operacionais (1+2+3, s/ construção)	**78,8**	**74,9**	**+ 5,2**	**278,3**	**226,8**	**+ 22,7**
Custo de construção	5,2	3,4	+ 53,3	15,5	15,5	- 0,0
Total Custos e Despesas Operacionais (1+2+3, c/ construção)	**84,0**	**78,3**	**+ 7,3**	**293,8**	**242,4**	**+ 21,2**

(*) Os custos de construção estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo o custo de construção igual à receita de construção.

4.3. Lucro líquido e geração de caixa

A evolução do lucro líquido e da geração de caixa da Companhia é a seguinte:

Composição da Geração de Caixa / Valores em R$ milhões	Trimestre 4T21	Trimestre 4T20	Trimestre Var. %	Trimestre Var. R$	Exercício 2021	Exercício 2020	Exercício Var. %	Exercício Var. R$
(=) Lucro líquido do período	**23,2**	**10,6**	**+ 119,5**	**12,6**	**61,3**	**34,4**	**+ 78,4**	**27,0**
(-) Contribuição social e imposto de renda	(5,2)	(2,6)	+ 100,5	(2,6)	(13,7)	(6,6)	+ 108,4	(7,1)
(-) Resultado financeiro	1,6	(0,1)	-	1,7	1,2	0,9	+ 36,4	0,3
(-) Amortização e depreciação	(2,6)	(2,1)	+ 19,5	(0,4)	(9,1)	(8,7)	+ 5,5	(0,5)
(=) Geração de caixa (EBITDA)	**29,3**	**15,3**	**+ 91,0**	**14,0**	**83,0**	**48,8**	**+ 70,3**	**34,3**
(+) Receita de acréscimos moratórios	1,7	1,8	- 3,6	(0,1)	6,6	5,7	+ 16,3	0,9
(=) Geração ajustada de caixa (EBITDA Ajustado)	**31,0**	**17,1**	**+ 81,3**	**13,9**	**89,6**	**54,4**	**+ 64,6**	**35,2**
Margem do EBITDA Ajustado (%)	28,0	18,7	+ 9,3 p.p.		24,4	19,3	+ 5,1 p.p.	-

5. ESTRUTURA DE CAPITAL

5.1 Caixa e Endividamento

A posição consolidada de caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e créditos setoriais totalizou R$ 93,9 milhões em dezembro, frente aos R$ 98,3 milhões registrados em setembro de 2021. Ressalte-se que os referidos saldos incluem os créditos referentes à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e Conta de Compensação dos Valores da Parcela A (CVA), que apresentaram montantes positivos de R$ 34,6 milhão em dezembro, contra R$ 11,8 milhão em setembro de 2021.

Em 31 de dezembro, a dívida líquida, deduzida dos créditos setoriais, foi de R$ 14,0 milhões, contra R$ 29,4 milhões em setembro de 2021. Consequentemente, a relação dívida líquida por EBITDA Ajustado passou de 0,4 vezes em setembro para 0,2 vezes em dezembro de 2021.

A seguir, as dívidas de curto e longo prazo da Companhia nos últimos três períodos:

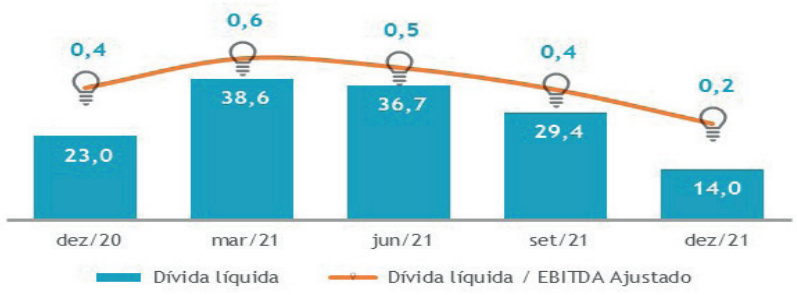
Descrição / Valores em R$ milhões	31/12/2021	30/09/2021	30/06/2021
Circulante	**15,9**	**29,1**	**49,1**
Empréstimos e financiamentos	9,9	23,3	43,3
Debêntures	0,7	0,4	0,4
Encargos de dívidas	0,2	2,3	2,8
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	5,1	3,1	2,7
Não Circulante	**91,9**	**98,6**	**98,2**
Empréstimos e financiamentos	63,2	67,5	64,4
Debêntures	36,6	36,0	35,6
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(7,9)	(4,9)	(1,7)
Total das dívidas	**107,8**	**127,7**	**147,3**
(-) Disponibilidades financeiras	59,3	86,5	111,5
Total das dívidas líquidas	**48,6**	**41,1**	**35,9**
(-) Créditos CDE	7,3	2,7	2,0
(-) Créditos CVA	27,3	9,1	(2,8)
Total das dívidas líquidas deduzidas de créditos setoriais	**14,0**	**29,4**	**36,7**
Indicador relativo			
Dívida líquida / EBITDA Ajustado 12 meses (1)	0,2	0,4	0,5

(1) EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios.

ENERGISA BORBOREMA – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

GRUPO energisa

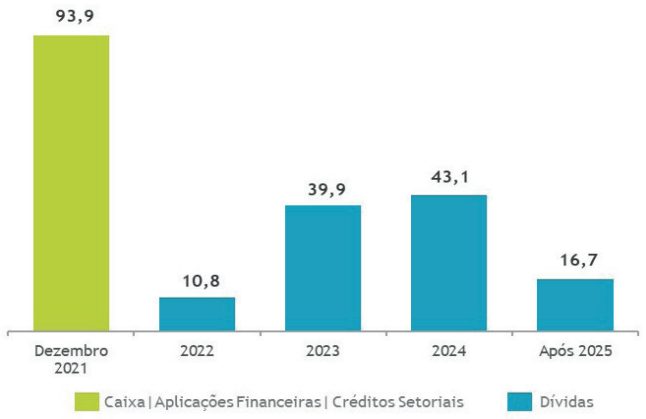
Evolução da alavancagem
- Dívida líquida (R$ milhões) e dívida líquida/EBITDA Ajustado 12 meses (vezes) -



5.2 Cronograma de amortização das dívidas

O cronograma de amortização dos empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures consolidados, em 31 de dezembro de 2021, vis-à-vis o caixa, está representado pelo gráfico abaixo:

Cronograma de amortização da dívida bancária e de emissão
(R$ milhões)



6. INVESTIMENTOS

No 4T21, a Companhia investiu um total de R$ 176,4 milhões (contra R$ 91,5 milhões no 4T20), no ano o valor totalizou R$ 595,9 milhões (contra R$ 466,2 milhões no 2020).

A composição dos investimentos em 2021 foi a seguinte:

Descrição / Valores em R$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T21	4T20	Var. %	2021	2020	Var. %
Ativo Elétrico	4,5	2,4	+ 87,5	15,7	14,9	+ 5,4
Obrigações Especiais	0,2	0,2	- 5,7	1,7	0,8	+ 116,8
Ativo não Elétrico	0,3	0,6	- 37,7	0,5	1,0	- 56,4
Total dos Investimentos	**5,1**	**3,2**	**+ 59,5**	**17,9**	**16,8**	**+ 6,8**

(*) As "Obrigações Especiais" são recursos aportados pela União, Estados, Municípios e Consumidores para a concessão e não compõe a Base de Remuneração Regulatória da distribuidora.

O programa de investimento foi associado à melhoria da qualidade do produto e do serviço, destacando-se:

• Execução de medidas para a redução das perdas não técnicas visando o atendimento às metas regulatórias, com investimentos de R$ 1.744 mil;
• R$ 2.219 mil em projetos de segurança do sistema, destacando-se a substituição de fio 6 CU e cabo 4 CA devido ao histórico de rompimentos desses condutores e da falta de segurança para realização de atividades com as equipes de linha viva;
• IR$ 794 mil para melhoria da qualidade do serviço, melhorando a continuidade no fornecimento de energia;
• R$ 5.250 mil em atendimento a novas ligações.

7. DIVIDENDOS

Com base nos resultados alcançados pela Companhia em 2021, o Conselho de Administração irá propor à Assembleia Geral a distribuição de dividendos no montante de R$ 50,0 milhões (R$ 170,6318298915 por ação ordinária), já tendo sido pagos: (i) R$ 8,8 milhões equivalentes a R$ 29,9612325933 por ação ordinária), em 26 de maio; (ii) R$ 9,9 milhões, equivalentes a R$ 33,7611092486 por ação ordinária, em 26 de agosto; (iii) R$12,5 milhões, equivalentes a R$42,7257739170 por ação ordinária, em 10 de dezembro.

Foi aprovado pelo Conselho da Administração, na reunião realizada em 16 de março de 2022, o pagamento de dividendo complementar, no montante de R$ 18,8 milhões, equivalentes a R$ 64,1837141325 por ação ordinária, que serão pagos a partir do dia 25 de março de 2022.

8. GESTÃO DE PESSOAS

As pessoas são o maior recurso da Energisa Borborema e, por isso, são foco constante de ações que visam a atração, capacitação, análise de desempenho e valorização. Ao final de 2021, a Companhia contabilizava um total de 278 colaboradores, sendo 204 empregados diretos e 74 parceiros contratados de terceiros.

Para maximizar a inclusão em seu quadro funcional, a Companhia tem adotado diversas ações e políticas afirmativas para valorizar a diversidade. São trabalhadas, por exemplo, as possíveis barreiras para que mulheres, pessoas negras e portadores de deficiência (PCDs) sejam incluídos e acessem às vagas. Em 2021, aderiu ao projeto Mulheres Positivas, plataforma virtual cujo objetivo é promover o desenvolvimento pessoal e profissional de mulheres por meio de informação e serviços. O aplicativo, compartilhado por mais de 40 grandes empresas, mantém gratuitamente mais de 100 cursos de capacitação, além de ofertas de vagas para perfis variados no país todo.

A atuação é pautada por um modelo de Gestão por Competências, cascateado em iniciativas para desenvolver os colaboradores em todos os níveis, de as equipes de campo a futuros líderes e liderança. Com investimentos de R$ 11,4 mil, foram promovidas a média de 43,15 horas de treinamento por empregado de cargos operacionais, 47,47 horas em áreas administrativas e 55,53 horas em cargos gerenciais.

A Educativa Online, plataforma que abrange o modelo de capacitação por meio de trilhas, cujo objetivo é fomentar o autodesenvolvimento dos colaboradores por meio de educação e treinamento direcionados aos negócios, permaneceu como uma das aliadas do conhecimento em 2021. Seu objetivo é fomentar o autodesenvolvimento dos colaboradores por meio de educação e treinamento direcionados aos negócios, alguns cursos foram realizados online e outros de forma presencial, especialmente as disciplinas práticas.

9. SAÚDE E SEGURANÇA

Mais do que a garantia da saúde e da segurança dos colaboradores, a Energisa Borborema valoriza a vida de cada indivíduo. Para dar ainda mais peso ao tema e, principalmente, maior abrangência, a Companhia revisou seus valores em 2021, dentre os quais, destaca-se: a Vida vem em primeiro lugar.

O projeto Operar Seguro é a principal iniciativa de reforço da cultura de segurança, tendo como objetivo reconhecer riscos e identificar barreiras comportamentais, bem como oportunidades de melhorias operacionais que garantam maior segurança. Em 2021, houve ações que envolveram temas como capacitações em percepção de riscos, comportamentais e Regras de Ouro, e foi implementado o Operar Seguro Terceiro, para colaboradores contratados por fornecedores de serviços.

Há 1.028 cursos na trilha educativa para capacitação em saúde e segurança, incluindo normas regulamentadoras, sempre em linguagem acessível. Todos os empregados e contratados de terceiros passam obrigatoriamente por uma capacitação e, concluído o treinamento, o participante e seu gestor direto devem preencher um formulário de avaliação de eficácia da capacitação.

Essas iniciativas permitiram uma melhoria parcial na taxa de frequência de acidentes da força de trabalho (empregados próprios mais terceiros), que foi de 2,90 (3,99 em 2020). Enquanto a taxa de gravidade passou de 13,30, em 2020, para 50,74. Não foram registrados óbitos de empregados nem de terceiros.

São mantidas diversas ações e programas de prevenção e promoção à saúde. Entre os destaques está o Viva Energia, pelo qual os colaboradores são orientados por médicos do trabalho que identificam necessidades em avaliações periódicas ou por demandas espontâneas. Existe um cronograma de campanhas de prevenção de doenças e promoção de saúde e programas para gestantes, doentes crônicos (com telemonitoramento ativo em casos como cardiovasculares, diabetes, doenças respiratórias ou obesidade), problemas emocionais e doenças osteomusculares.

10. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A aproximação com a sociedade local, por meio de ações culturais e de manifestação dos valores regionais, está entre os compromissos da Energisa Borborema. Assim, a Companhia investe em ações de incentivo à produção cultural e à preservação da memória em suas áreas de concessão, de forma a impulsionar a economia criativa onde atua.

Em 2021, a Energisa Borborema destinou R$ 476 mil para iniciativas de impacto social nas frentes de educação, cultura, esporte, combate à fome e segurança alimentar, entre outras. Os recursos de incentivo fiscal somaram R$ 84 mil, destacando-se o projeto Circuito Cultura nas Escolas.

10.1 Eficiência energética

A Companhia investiu R$ 354 mil em 2021 em projetos de eficiência energética, que beneficiaram 3.067 unidades consumidoras e permitiram economizar 197 MWh/ano, energia suficiente para abastecer durante 12 meses aproximadamente 100 residências com consumo médio mensal de 200 kWh.

O Programa de Eficiência Energética (PEE) é apoiado pelo projeto Nossa Energia, um conjunto de iniciativas para o combate ao desperdício de energia em comunidades de baixa renda, órgãos públicos e hospitais, estimulando o consumo consciente. Incluem substituição de lâmpadas incandescentes por fluorescentes compactas ou LED e doação de equipamentos eficientes (como refrigeradores e aparelhos de ar-condicionado), adequação das instalações elétricas internas, e palestras sobre o uso racional da energia elétrica.

Destaca-se no ano projeto de eficiência energética na Iluminação Pública do município de Boa Vista. Foram substituídas 154 luminárias antigas por luminárias com tecnologia LED com investimento na ordem de R$ 197.354,49 e estimando uma economia de 72,49 MWh/ano para o município.

10.2 Iniciativas socioculturais

Diante de novas ondas da pandemia da Covid-19 em 2021, a Energisa Borborema manteve o apoio à sociedade por meio do Movimento Energia do Bem. Como participante do Movimento Unidos pela Vacina, contribuiu com a doação, por meio do projeto de eficiência energética, de 100 refrigeradores e 16 câmaras frias para armazenamento de vacinas. A Companhia ainda contribui com a doação de 1.169 cestas básicas na região.

10.3 Iniciativas ambientais

Apoiada por uma Política de Meio Ambiente, Saúde e Segurança, a Energisa Borborema assegura uma convivência responsável com o meio ambiente do entorno das operações, com uso racional dos recursos naturais e melhoria contínua no desempenho ambiental. A empresa conta com uma área de Meio Ambiente, responsável pelos processos de gestão e de licenciamento dos empreendimentos, e utiliza sistema de gestão elaborado com base na norma ISO 14001.

As principais iniciativas ambientais em 2021 contemplaram:

Energia: Implantação do Projeto de Consumo Consciente para ampliar a economia de energia. Inclui campanhas destinadas aos colaboradores relativas ao uso consciente, por meio de cartilhas e divulgação interna (intranet, adesivos e cartazes fixados pela empresa e proteção de tela dos computadores). Medidas de economia incluem funcionamento de ar-condicionado entre 7h30 e 18h, com temperatura limitada a 20º; desligamento de iluminação de fachadas, letreiros e jardins; sensores de presença em banheiros e vestiários; uso de lâmpadas LED, mais eficientes, entre outras.

Emissões atmosféricas: A EBO participa do inventário de emissões de gases efeito estufa do Grupo Energisa, realizado nos escopos 1, 2 e 3.

Biodiversidade: Nas construções das linhas de distribuição de alta-tensão e subestações, além dos Relatórios Ambientais Simplificados (RAS) são elaboradas estudos de arqueologia preventiva supervisionado pelo IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico Arqueológico Nacional, quando necessário, que indicam a possibilidade de ocorrência de vestígios arqueológicos e se encontrados são avaliados os possíveis impactos sobre o patrimônio histórico cultural, como também a elaboração de Estudo de Viabilidade Ambiental (EVA), Plano de Controle Ambiental (PCA) e inspeções ambientais. Proteções são instaladas nas subestações para evitar o contato acidental de animais e consequentemente sua morte.

Água e efluentes: O Projeto de Reforma Civil em Subestações, que consiste na construção de bacia de contenção de óleo isolante e sistema separador de água óleo, tem o objetivo de mitigar a área contaminada caso ocorra vazamento de óleo nos transformadores de grande porte. Sempre que possível são usadas instalações interligadas ao sistema de esgoto da cidade.

Resíduos: Além de ter conhecimento da natureza e das quantidades de resíduos gerados durante seu processo de produção, a EPB possui procedimentos para manuseio, transporte e destinação final de produtos. A Companhia tem consciência de sua responsabilidade ambiental, e promove o recondicionamento e a regeneração de óleos isolantes utilizados em seus equipamentos e recuperação de óleo lubrificante industrial, de forma a garantir a reutilização desse material e evitar a poluição do meio ambiente. Também mantém papas-lâmpada, pilha e bateria, para os colaboradores depositarem os resíduos e destinar de forma adequada os resíduos, por meio de empresas devidamente licenciadas.

11. SERVIÇOS PRESTADOS PELO AUDITOR INDEPENDENTE

A remuneração total dos auditores independentes Ernst & Young Auditores Independentes pelos serviços prestados de revisão contábil das demonstrações financeiras para a Companhia em 2021 foi de R$ 162 mil.

A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam, principalmente, que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais para seu cliente ou promover os seus interesses.

A Administração.

Balanço Social Anual 2021 *(Em milhares de Reais)*

1 - Base de Cálculo	2021 (Mil reais)	2020 (Mil reais)
Receita líquida (RL)	367.709	282.455
Resultado operacional (RO)	75.041	40.947
Folha de pagamento bruta (FPB)	16.792	14.497

2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	2.506	14,92%	0,68%	2.385	16,45%	0,84%
Encargos sociais compulsórios	3.626	21,59%	0,99%	3.285	22,66%	1,16%
Previdência privada	430	2,56%	0,12%	309	2,13%	0,11%
Saúde	1.100	6,55%	0,30%	1.339	9,23%	0,47%
Segurança e saúde no trabalho	498	2,97%	0,14%	479	3,30%	0,17%
Educação	15	0,09%	0,00%	16	0,11%	0,01%
Capacitação e desenvolvimento profissional	91	0,54%	0,02%	58	0,40%	0,02%
Creches ou auxílio-creche	411	2,45%	0,11%	194	1,34%	0,07%
Participação nos lucros ou resultados	2.883	17,17%	0,78%	1.819	12,55%	0,64%
Outros	564	3,36%	0,15%	1.051	7,25%	0,37%
Total - Indicadores sociais internos	**12.124**	**72,20%**	**3,29%**	**10.934**	**75,42%**	**3,86%**

3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	68	0,09%	0,02%	45	0,11%	0,02%
Cultura	326	0,43%	0,09%	294	0,72%	0,10%
Esporte	10	0,01%	0,00%	10	0,02%	0,00%
Outros	72	0,10%	0,02%	1	0,00%	0,00%
Total das contribuições para a sociedade	**476**	**0,63%**	**0,13%**	**350**	**0,85%**	**0,12%**
Tributos (excluídos encargos sociais)	132.458	176,51%	36,02%	115.020	280,90%	40,72%
Total - Indicadores sociais externos	**132.934**	**177,14%**	**36,15%**	**115.370**	**281,75%**	**40,84%**

4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	5.219	6,95%	1,42%	8.890	21,71%	3,15%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	469	0,62%	0,13%	310	0,76%	0,11%
Total dos investimentos em meio ambiente	**5.688**	**7,57%**	**1,55%**	**9.200**	**22,47%**	**3,26%**
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	( ) não possui metas ( ) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 76 a 100%			(X) não possui metas ( ) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 76 a 100%		

5 - Indicadores do Corpo Funcional	2021	2020
Nº de empregados(as) ao final do período	204	210
Nº de admissões durante o período	6	5
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	74	26
Nº de estagiários(as)	4	-
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	44	42
Nº de mulheres que trabalham na empresa	22	21
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	25,00%	25,00%
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	92	92
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	50,00%	50,00%
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	8	9

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2021			Metas 2022		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	55,34			55,34		
Número total de acidentes de trabalho	-			1		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( ) direção	(X) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) direção	(x) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	( ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + Cipa	( ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	( ) não se envolve	(X) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT	( ) não se envolverá	(X) seguirá as normas da OIT	( ) incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(x) são exigidos	( ) não serão considerados	(x) serão sugeridos	(x) são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	( ) não se envolve	( ) apóia	(x) organiza e incentiva	( ) não se envolverá	( ) apoiará	(x) organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 30.549	no Procon 77	na Justiça 487	na empresa 29.022	no Procon 73	na Justiça 463
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 97,72%	no Procon 23,38%	na Justiça 11,50%	na empresa 100%	no Procon 30%	na Justiça 22%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R$):	**Em 2021:**	**252.730**		**Em 2020:**	**192.142**	
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	62% governo 7% colaboradores(as) 20% acionistas 7% terceiros 4% retido			69% governo 8% colaboradores(as) 14% acionistas 5% terceiros 4% retido		

7 - Outras Informações	2021	2020
7) Investimentos sociais		
7.1 - Programa Luz para Todos		
7.1.1 - Investimento da União	-	-
7.1.2 - Investimento do Estado	-	-
7.1.3 - Investimento do Município	-	-
7.1.4 - Investimento da Concessionária	-	-
Total - Programa Luz para Todos (7.1.1 a 7.1.4)	-	-
7.2 - Programa de eficiência Energética	445	667
7.3 - Programa de Pesquisa e Desenvolvimento	6	87
Total dos investimentos sociais (7.1 a 7.3)	**451**	**754**

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2021 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2021	2020
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	5.1	5.010	10.760
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.2	54.265	98.394
Consumidores e concessionárias	6	48.410	52.242
Estoques		1.081	1.147
Tributos a recuperar	7	24.687	7.287
Ativos financeiros setoriais	9	27.258	11.451
Despesas pagas antecipadamente		890	616
Outros créditos	10	13.132	4.903
Total do circulante		**174.733**	**186.800**
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Consumidores e concessionárias	6	7.813	7.147
Tributos a recuperar	7	53.841	73.426
Créditos tributários	12	5.770	12.337
Cauções e depósitos vinculados	24	5.099	3.638
Instrumentos financeiros derivativos	32	7.922	-
Ativos financeiros setoriais	9	19.132	1.231
Ativo financeiro indenizável da concessão	13	105.271	83.806
		204.848	**181.585**
Ativo Contratual - Infraestrutura em construção	14	6.810	7.124
Investimentos		79	73
Imobilizado	15	1.084	854
Intangível	16	69.680	72.669
Total do não circulante		**282.501**	**262.305**
Total do ativo		**457.234**	**449.105**

	Nota	2021	2020
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	17	34.379	38.087
Encargos de dívidas	18	176	2.602
Debêntures	19	660	251
Empréstimos e financiamentos	18	9.949	72.034
Impostos e contribuições sociais	21	15.749	10.415
Dividendos a pagar	25.5	-	2.153
Encargos setoriais	23	3.232	2.171
Obrigações estimadas		1.510	1.298
Passivos financeiros setoriais	9	15.957	18.277
Instrumentos financeiros derivativos	32	5.090	-
Contribuição de iluminação publica		3.406	2.926
Benefícios pós-emprego	33	16	1
Arrendamentos operacionais	20	69	163
Outras contas a pagar		8.845	5.853
Total do circulante		**99.038**	**156.231**
Não circulante			
Fornecedores	17	1.206	686
Empréstimos e financiamentos	18	63.153	10.566
Debêntures	19	36.570	34.823
Impostos e contribuições sociais	21	3.995	3.264
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	24	1.377	1.572
Encargos setoriais	23	1.889	3.881
Passivos financeiros setoriais	9	3.122	7.245
Benefícios pós-emprego	33	145	4
Arrendamentos operacionais	20	182	574
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins	22	77.508	71.193
Outras contas a pagar		1.023	707
Total do não circulante		**190.170**	**134.515**
Patrimônio líquido			
Capital social	25.1	82.902	82.532
Reservas de capital	25.2	24.738	24.802
Reservas de lucros	25.3 e 25.4	41.008	29.658
Dividendos adicionais propostos	25.5	18.801	20.687
Outros resultados abrangentes	25.6	577	680
Total do patrimônio líquido		**168.026**	**158.359**
Total do passivo e patrimônio líquido		**457.234**	**449.105**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGISA BORBOREMA – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

GRUPO energisa

Demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	2021	2020
Receita operacional líquida	26	367.709	282.455
Custo do serviço de energia elétrica	27	(226.333)	(177.275)
Custo de operação e dos serviços prestados a terceiros	27	(45.831)	(45.469)
Lucro bruto		**95.545**	**59.711**
Despesas gerais e administrativas	27	(21.324)	(19.311)
Outras receitas	28	900	928
Outras despesas	28	(1.252)	(1.240)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos		**73.869**	**40.088**
Receitas financeiras	29	17.660	9.729
Despesas financeiras	29	(16.488)	(8.870)
Despesas financeiras líquidas		**1.172**	**859**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**75.041**	**40.947**
Imposto de renda e contribuição social corrente	12	(7.090)	(6.476)
Imposto de renda e contribuição social diferido	12	(6.620)	(102)
Lucro líquido do exercício		**61.331**	**34.369**
Lucro básico e diluído por ação ordinária - R$	30	**209,32**	**117,30**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do valor adicionado - DVA para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

	Nota	2021	2020
Geração do valor adicionado			
Receitas			
Receitas de vendas de energia elétrica e serviços	26	514.707	407.558
Outras receitas	28	900	928
Receitas relativas a construção de ativos próprios	26 e 29	15.610	15.590
Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa	27	(1.234)	(2.369)
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Custo da energia elétrica vendida		248.841	194.580
Materiais e serviços de terceiros		18.668	18.761
Outros custos operacionais		19.121	17.759
		286.630	231.100
Valor adicionado bruto		243.353	190.607
Amortização e depreciação	27	9.144	8.668
Valor adicionado líquido		234.209	181.939
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	29	18.521	10.203
Valor adicionado total a distribuir:		252.730	192.142
Distribuição do valor adicionado:			
Pessoal			
Remuneração direta		11.970	10.405
Benefícios		4.531	4.689
FGTS		939	986
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		31.175	27.771
Estaduais		104.659	90.379
Municipais		250	155
Obrigações Intra-setoriais		21.257	14.475
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros	29	16.560	8.916
Aluguéis		58	(3)
Remuneração de capitais próprios			
Dividendos	25.5	31.180	6.894
Dividendos adicionais propostos	25.5	18.801	20.687
Reserva de lucros - redução de imposto de renda	25.4	11.350	6.788
		252.730	192.142

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado abrangente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

	Nota	2021	2020
Lucro líquido do exercício		**61.331**	**34.369**
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado			
Outros resultados abrangentes	25.6	**(103)**	19
Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos		**61.228**	**34.388**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

	Nota	2021	2020
Atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício	30	61.331	34.369
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	12	13.710	6.578
Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - liquidas		5.350	7.906
Ativo financeiro indenizável da concessão	13	(12.450)	(2.976)
Amortização e Depreciação	27	9.144	8.668
Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa e recuperação de incobráveis	27	1.234	2.369
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	24	731	579
Marcação a Mercado da dívida	29	(915)	(55)
Marcação a Mercado Derivativos	29	2.163	55
Instrumentos Financeiros Derivativos	29	(3.807)	(4.911)
Perda na alienação de bens do imobilizado e do intangível	28	291	227
Programa de remuneração variável - ILP	11	306	223
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante			
Diminuição (aumento) de consumidores e concessionárias		904	(11.364)
Diminuição (aumento) de estoques		66	(523)
(Aumento) diminuição de tributos a recuperar		(1.051)	7.279
(Aumento) de cauções e depósitos vinculados		(1.461)	(295)
(Aumento) de despesas pagas antecipadamente		(274)	(113)
(Aumento) diminuição de ativo financeiro setorial		(29.354)	975
Recebimentos Despacho - CONTA COVID		-	13.158
(Aumento) de outros créditos		(5.275)	(494)
Variações nas contas do passivo circulante e não circulante			
(Diminuição) aumento de fornecedores		(3.892)	13.660
(Aumento) diminuição de impostos e contribuições sociais		13.288	(1.800)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(4.911)	(5.294)
Aumento de obrigações estimadas		212	74
(Diminuição) aumento de passivo financeiro setorial		(6.531)	638
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	24	(1.026)	(989)
(Diminuição) aumento de outras contas a pagar		(383)	3.768
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**37.400**	**71.712**
Atividades de investimentos			
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados		48.505	(86.347)
Aplicações no ativo contratual - Infraestrutura em construção, imobilizado e intangível	14, 15 e 16	(15.413)	(16.081)
Alienação de bens do ativo contratual - Infraestrutura em construção, imobilizado e intangível	14, 15 e 16	614	478
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de investimentos		**33.706**	**(101.950)**
Atividades de financiamento			
Novos empréstimos e financiamentos	18 e 19	39.900	101.065
Pagamentos de empréstimos- principal	18 e 19	(52.620)	(78.807)
Pagamentos de empréstimos- juros	18 e 19	(8.729)	(2.659)
Pagamento (recebimento) por liquidação de Instrumentos Financeiros Derivativos		(1.188)	8.169
Pagamentos de dividendos	25.5	(54.020)	(9.711)
Pagamento por Arrendamento Financeiro Mercantil		(199)	(134)
Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades de Financiamentos		**(76.856)**	**17.923**
Variação líquida do caixa		**(5.750)**	**(12.315)**
Caixa mais equivalentes de caixa iniciais	5	10.760	23.075
Caixa mais equivalentes de caixa finais	5	5.010	10.760
Variação líquida do caixa		**(5.750)**	**(12.315)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 *(Em milhares de reais)*

			Reservas de capital				Reserva de lucros						
	Nota	Capital social	Remuneração de imobilizações em curso	Reserva especial de ágio	Reserva de incentivos fiscais-reinvestimento	Outras reservas de capital	Reserva legal	Retenção de lucros	Redução de imposto de renda	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2020		**82.532**	**104**	**23.994**	**-**	**111**	**9.752**	**-**	**13.488**	**4.970**	**-**	**661**	**135.612**
Pagamentos de dividendos	25.5	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.970)	-	-	(4.970)
Reserva de incentivos fiscais- reinvestimentos		-	-	-	370	-	-	-	(370)	-	-	-	-
Programa de remuneração variável - ILP	25.2	-	-	-	-	223	-	-	-	-	-	-	223
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	34.369	-	34.369
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:													
Reserva de incentivo fiscal (imposto de renda)	25.4	-	-	-	-	-	-	-	6.788	-	(6.788)	-	-
Dividendos	25.5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.894)	-	(6.894)
Dividendos adicionais propostos	25.5	-	-	-	-	-	-	-	-	20.687	(20.687)	-	-
Outros resultados abrangentes, líquidos de impostos													
Ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	25.6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	29	29
Tributos sobre ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	25.6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(10)	(10)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**82.532**	**104**	**23.994**	**370**	**334**	**9.752**	**-**	**19.906**	**20.687**	**-**	**680**	**158.359**
Aumento de capital com reserva se incentivo fiscal, conforme AGOE de 29/04/2021	25.1	370	-	-	(370)	-	-	-	-	-	-	-	-
Pagamento de dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	-	-	-	-	(20.687)	-	-	(20.687)
Programa de remuneração variável - ILP	25.2	-	-	-	-	306	-	-	-	-	-	-	306
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	61.331	-	61.331
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:													
Reserva de incentivo fiscal (imposto de renda)	25.4	-	-	-	-	-	-	-	11.350	-	(11.350)	-	-
Dividendos	25.5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(31.180)	-	(31.180)
Dividendos adicionais propostos	25.5	-	-	-	-	-	-	-	-	18.801	(18.801)	-	-
Outros resultados abrangentes, líquidos de impostos													
Ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	25.6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(155)	(155)
Tributos sobre ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	25.6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	52	52
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**82.902**	**104**	**23.994**	**-**	**640**	**9.752**	**-**	**31.256**	**18.801**	**-**	**577**	**168.026**
							11,76%					**(34%)**	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado o contrário)*

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A ("Companhia" ou "EBO") - empresa integrante do Grupo Energisa - é uma concessionária distribuidora de energia elétrica que atua nos municípios de Campina Grande, Lagoa Seca, Queimadas, Fagundes, Massaranduba e Boa Vista, no Estado da Paraíba atendendo a 228.582 consumidores. A Companhia possui sede na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba. **1.1 Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica:** Em 04 de fevereiro de 2000, foi outorgado à Companhia a distribuição de energia elétrica nos municípios de Campina Grande, Lagoa Seca, Queimadas, Fagundes, Massaranduba e Boa Vista, no Estado da Paraíba, pelo prazo de 30 anos, com vencimento em 04 de dezembro de 2030. O contrato de concessão foi homologado junto à ANELL, podendo ser prorrogado por uma única vez, pelo mesmo período, conforme Lei nº 12.783/2013. O contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica contém cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão. Para efeito da reversão, consideram-se bens vinculados aqueles efetivamente utilizados na prestação do serviço. As obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica são: I - operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações e fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica; II - realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas; III - organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade e providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico, estejam sempre adequadamente garantidos por seguro sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do agente regulador; IV - atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores; V - implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações; VI - submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão; e VII - manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes. A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente - Ministério de Minas e Energia - MME. As informações referentes aos reajustes, revisões tarifárias e outros assuntos regulatórios, ativos e passivos financeiros setoriais, ativo financeiro indenizável da concessão, ativo contratual - infraestrutura em construção e receita de construção da infraestrutura, estão apresentados nas notas explicativas nº 8, 9, 13, 14, e 26, respectivamente. **1.2 Efeitos da COVID-19:** Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto de COVID-19 como uma pandemia, dado os vários casos de contágio ao redor do mundo. A grande capacidade de disseminação do vírus fez com que as autoridades de diversos países adotassem o distanciamento físico como medida de contenção do vírus, medida essa também adotada no Brasil. Houve impacto significativo na economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento significativo da incerteza econômica, considerando o aumento na volatilidade dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo. As principais economias do mundo e os blocos econômicos vêm adotando pacotes de estímulos econômicos para superar os efeitos econômicos produzidos pela pandemia. No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde. **Impactos observados em 2021:** Em 2021 a pandemia da COVID-19 no Brasil apresentou picos de disseminação e mortes causados pelo vírus, principalmente nos primeiros seis meses do ano, permanecendo com elevados impactos negativos na sociedade tanto no segmento econômico como no social. Os diversos agentes governamentais continuam a implementar medidas de isolamento social e campanhas de conscientização e de vacinação. Nos últimos meses a variante Omicron que tem incomodado, porém não tem trazido fortes impactos na atividade econômica global. O crescente aumento da vacinação no país, tem contribuído significativamente pelo retorno das atividades operacionais e econômicas da população brasileira. Contudo, no fim de 2021, novas ondas de mortes e disseminação do vírus causaram aumento de preocupação nos principais mercados mundiais reacendendo as discussões na comunidade cientifica global quanto as consequências no controle da pandemia relacionadas a possíveis precipitações da retomada das atividades econômicas e nível baixo de vacinação da população mundial. A Administração da Companhia segue monitorando os possíveis impactos da pandemia da COVID-19 em suas operações e avalia constantemente a eficácia das medidas protetivas adotadas com o intuito de mitigar tais riscos, sendo as principais ações adotadas estão listadas a seguir: • Monitorar os níveis de sobrecontratação de energia elétrica no intuito de efetuar ações rápidas e tempestivas a fim de minimizar os riscos inerentes a esta exposição, uma vez que, o cenário da pandemia tem levado a sobrecontratação do setor de distribuição de energia elétrica no Brasil à níveis acima do regulatório devido, sobretudo, a retração da economia brasileira; • Adotar o regime de teletrabalho para colaboradores cuja função possibilite esta modalidade de trabalho e ações de engajamento e saúde mental para líderes e colaboradores durante a pandemia. Para os profissionais onde a modalidade do teletrabalho não foi possível, foram adotados sistema de revezamento com turnos alternados para evitar exposição a aglomerações; • Acompanhar os contratos de empréstimos e financiamentos para identificação tempestiva de oportunidades de liquidações ou novas contratações com a finalidade de atenuar eventuais riscos de liquidez; • Monitorar o incremento da inadimplência das faturas das contas de energia elétrica ocasionado pela retração econômica no Brasil e, sobretudo, pelo impedimento temporário do corte no fornecimento de energia elétrica, a determinados grupos de consumidores, conforme Resolução ANEEL nº 928 de 26 de março de 2021, alterada pela Resolução ANEEL nº 936 de 15 de junho de 2021. A Companhia implementou ações para aumentar a eficiência na cobrança das contas de energia em atraso, destacando-se o aumento do volume de envio de SMS, telecobrança, negativações, e-mails, realizações de campanhas de conscientização relacionadas à importância da manutenção dos pagamentos e, divulgação de planos de parcelamentos dos débitos aos clientes e facilitando o acesso às negociações por meio digital.; • Supervisão constante das obras em andamento com ação tempestiva junto a fornecedores para impedimento de atrasos em função do cenário adverso da pandemia. A Administração da Companhia não identificou impactos relevantes em suas operações em função de atrasos nas obras em andamento; • Como forma de atenuar os efeitos da pandemia no Brasil e ciente de suas responsabilidades diante da sociedade, o Grupo Energisa criou o movimento Energia do Bem, iniciativa de mobilização nacional que inclui diferentes ações na sua área de concessão, com destaque para: doação de ventiladores pulmonares, custeio em obras hospitalares para aumento de novos leitos, distribuição de máscaras para população de alto risco, apoio financeiro a programas de fomento para aquecimento da economia e de programas sociais. • Na Companhia aproximadamente 98,4% dos colaboradores já foram vacinados com a 2ª dose da vacina contra COVID-19. Não foram identificados outros impactos além dos mencionado acima. A Companhia segue comprometida com a segurança de seus colaboradores, clientes, parceiros, fornecedores, acionistas e das comunidades na região onde atua, bem como é orientada pela transparência e pelas boas práticas de governança corporativa.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a Normais Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na elaboração das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia. A Companhia avaliou suas operações à luz do cenário de pandemia da COVID-19 ocorrido no exercício de 2020, conforme detalhado na nota explicativa 1.2, e concluiu que não há impactos significativos em suas atividades, portanto, a Administração continua a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração de suas demonstrações financeiras. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 16 de março de 2022. **2.2. Moeda funcional e base de mensuração:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data base do balanço. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos valores justos quando requeridos nas normas, conforme detalhado na nota explicativa nº 32. **2.3. Julgamentos, estimativas e premissas:** A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, requer que a Administração faça o uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados. As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: I. Nota explicativa nº 6 - Consumidores e concessionárias (fornecimento de energia elétrica não faturada) e Provisão de perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa; II. Nota explicativa nº 9 - Ativos e passivos financeiros setoriais; III. Nota explicativa nº 12 - Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente; IV. Nota explicativa nº 13 - Ativo financeiro indenizável da concessão; V. Nota explicativa nº 15 - Imobilizado; VI. Nota explicativa nº 16 - Intangivel; VII. Nota explicativa nº 24 - Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias; VIII. Nota explicativa nº 27 - Custos e despesas operacionais (energia elétrica comprada para revenda); IX. Nota explicativa nº 32- Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos; e X. Nota explicativa nº 33 - Benefícios pós emprego.

3. ADOÇÃO DOS PADRÕES INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

As principais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeira. **3.1. Principais políticas contábeis: a. Caixa e equivalentes de caixa** - os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação; **b. Instrumentos financeiros: Ativos financeiros:** Reconhecimento inicial e mensuração - são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento. As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se comprometeu a comprar ou vender o ativo. Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Mensuração subsequente - para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas especificas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado. Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48/IFRS 9:

Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida aoVJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Avaliação do modelo de negócio: A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a

ENERGISA BORBOREMA – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

GRUPO energisa

questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros.** Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (baseados na performance de um ativo). **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** Divulgações adicionais referentes à redução ao valor recuperável de ativos financeiros são também fornecidas nas seguintes notas explicativas: • Julgamentos, estimativas e premissas - Nota explicativa nº 2.3; • Consumidores e concessionárias - Nota explicativa nº 6; e • Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco - Nota explicativa nº 32. A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de créditos esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de créditos esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de créditos para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência. Para contas a receber de consumidores e concessionárias e ativos de contrato, o Grupo aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, o Grupo não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de créditos esperadas vitalícias em cada data-base. O Grupo estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de créditos, como métrica para a mensuração das perdas esperadas condições futuras relevantes de inadimplência também são analisadas pelas Companhias para cálculo final das perdas esperadas. **Passivos financeiros:** São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 2020, compreendem empréstimos e financiamentos, arrendamentos operacionais, saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar. Reconhecimento inicial e mensuração - os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de "hedge" em um "hedge" efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Mensuração subsequente - a mensuração de passivos financeiros é como segue: Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado - passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pelo Grupo que não são designados como instrumentos de "hedge" nas relações de "hedge" definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de "hedge" eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. Passivo financeiros ao custo amortizado - após o reconhecimento inicial, debêntures emitidas, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros. **Desreconhecimento:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Instrumentos financeiros derivativos:** As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Companhia, resumem-se em "Swap", que visa exclusivamente à proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial, aquisição de bens para o ativo intangível e ativo imobilizado. São mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado do exercício, exceto quando designados em uma contabilidade de "hedge" de fluxo de caixa, cujas variações no valor justo são reconhecidas em "outros resultados abrangente" no patrimônio líquido. O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado por empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. **Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *"hedge"*:** A Companhia designa certos instrumentos de *"hedge"* relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como *"hedge"* de valor justo. No início da relação de *"hedge"*, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de *"hedge"* e o item objeto de *"hedge"* de acordo com os objetivos da gestão de riscos e estratégia financeira. Adicionalmente, no início do *"hedge"* e de maneira continuada, a Companhia e documenta se o instrumento de *"hedge"* usado é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de *"hedge"*, atribuível ao risco sujeito a *"hedge"*. A nota explicativa nº 32, traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de *"hedge"*. A documentação inclui a identificação do instrumento de *"hedge"*, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a entidade avalia se a relação de proteção atende os requisitos de efetividade de *"hedge"* (incluindo sua análise das fontes de inefetividade de *"hedge"* e como determinar o índice de *"hedge"*). Um relacionamento de *"hedge"* se qualifica para contabilidade de *"hedge"* se atender todos os seguintes requisitos de efetividade: • Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *"hedge"*. • O efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam desta relação econômica. • O índice de *"hedge"* da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de *"hedge"* que a entidade efetivamente utiliza para proteger esta quantidade de item protegido. Os *"hedges"* que atendem a todos os critérios de qualificação para contabilidade de *"hedge"* são registrados conforme descrito abaixo: "_: a mudança no valor justo de um instrumento de *"hedge"* é reconhecida na demonstração do resultado como outras despesas. A mudança no valor justo do item objeto de *"hedge"* atribuível ao risco coberto é registrada como parte do valor contábil do item protegido e é também reconhecida na demonstração do resultado como outras despesas. Para *"hedges"* de valor justo relacionados a itens mensurados ao custo amortizado, qualquer ajuste ao valor contábil é amortizado por meio do resultado durante o prazo remanescente do *"hedge"*, utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser iniciada assim que exista um ajuste e, no mais tardar, quando o item protegido deixar de ser ajustado por alterações no seu valor justo atribuíveis ao risco coberto. Se o item objeto de *"hedge"* for desreconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado. Quando um compromisso firme não reconhecido é designado como um item protegido, a mudança acumulada subsequente no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco protegido é reconhecida como um ativo ou passivo com reconhecimento do ganho ou perda correspondente no resultado; **c. Consumidores e concessionárias** - inclui, principalmente, o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa, reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento das demonstrações financeiras, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, reconhecidos pelo regime de competência, até o encerramento das demonstrações financeiras. A provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas, probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da administração; **d. Estoques** - estão valorizados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de aquisição ou seus valores de realização; **e. Ativo financeiro indenizável da concessão -** corresponde os contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica firmado entre o Poder Concedente e a Companhia, que estabelece e determina para o segmento de distribuição de energia elétrica que a parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura. As características do contrato de concessão fornecem a Administração base para entendimento de que as condições para aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12) - Contratos de Concessão e do Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com cliente para as Distribuidoras e Transmissoras, está atendido de forma a refletir o negócio de distribuição e transmissão de energia elétrica, bem como levam em consideração as orientações do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020 específicos para as transmissoras de energia elétrica. Os contratos de concessão das distribuidoras de energia elétrica indicam que ao final da concessão os ativos vinculados a infraestrutura serão revertidos ao Poder Concedente mediante o pagamento de indenização, que o preço praticado é regulado através de mecanismo de tarifas de acordo com as fórmulas paramétricas de parcela A e B e das revisões tarifárias periódicas para cobrir os custos, amortizar investimentos e a remuneração do capital investido. Dispondo a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente. Os ativos financeiros relacionados ao contrato da concessão de distribuição são classificados e mensurados a valor justo por meio de resultado, onde foram valorizados com base na BRR - Base de Remuneração Regulatória, conceito de valor de reposição, que é o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia elétrica das distribuidoras. Bem como, é reconhecido a remuneração da parcela dos ativos que compõe a base de remuneração, inclusive da parcela ainda não homologada pela ANEEL, sendo que esta última é calculada com base em estimativas, considerando, além do IPCA, uma expectativa de glosas baseada na experiência da Administração e no histórico de glosas observadas em homologações anteriores, o que reflete a melhor estimativa de valor justo do ativo. A Companhia contabiliza a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão no grupo de receitas operacionais por refletir com mais propriedade o modelo de seu negócio de distribuição de energia elétrica e melhor apresentar sua posição patrimonial e o seu desempenho, corroborado no parágrafo 23 do OCPC 05 - Contrato de Concessão. Esses ativos estão detalhados na nota explicativa nº 13. **f. Ativos e passivos financeiros setoriais** - referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber da Companhia sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados são superiores aos custos incorridos. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sidos recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão; **g. Ativo contratual - Infraestrutura em construção** - o ativo contratual é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados de acordo com o escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão ("ICPC 01"), devem ser classificados como ativo contratual em face da Companhia ter o direito de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a transferência dos bens em construção (ativo contratual) para o ativo intangível da concessão, onde a natureza da remuneração paga pelo Poder Concedente ao concessionário ser determinada de acordo com os termos do contrato de concessão; **h. Imobilizado** - itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui: • O custo de materiais e mão de obra direta; • Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude; • Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e • Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais na demonstração do resultado do exercício. Depreciação: Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente e/ou de acordo com o prazo de concessão/autorização; **i. Intangível** - compreendem, principalmente, os ativos referentes ao contrato de concessão do serviço público, direito de uso CPC 06 (R2) e softwares. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização, essas são baseadas no padrão de consumo dos benefícios esperados durante o prazo da concessão, e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável; **j. Arrendamentos -** os contratos são avaliados, se o mesmo é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Neste caso, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. No entanto, como permitido pela norma contábil vigente, CPC 06 (R2), para os pagamentos de curto prazo (contratos com vigência inferior a 12 meses) e de arrendamentos de ativos de baixo valor (máximo de USD 5.000) são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. - Ativos de direito de uso: os ativos de direito de uso são reconhecidos na data de início do arrendamento a valor presente. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Os ativos de direito de uso são ãmortizados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. - Passivo de arrendamento: os passivos de arrendamento são reconhecidos na data de início do arrendamento pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o contrato. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor do passivo de arrendamento é remensurado se houver modificação, alteração de prazo ou uma mudança de valor das parcelas; **k. Juros e encargos financeiros** - são capitalizados nas obras em curso com base na taxa média efetiva de captação, limitado a taxa WACC regulatório de acordo com os procedimentos de capitalização estabelecidos no normativo contábil (CPC 20); **l. Redução a valor recuperável: Ativo não financeiro:** A Administração da Companhia, revisa o valor contábil líquido de seus ativos tangíveis e intangíveis com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa - UGC). Uma perda é reconhecida na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável. Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGCs, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável. Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos: • **Ativos intangíveis**: os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação a perda por redução ao valor recuperável anualmente na data do encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. • **Avaliação do valor em uso**: as principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são: **(i) Receitas** - as receitas são projetadas considerando o crescimento da base de clientes, a evolução das receitas do mercado e a participação da Companhia neste mercado; (ii) **Custos e despesas operacionais** - os custos e despesas variáveis são projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como com o crescimento histórico das receitas; e **(iii) Investimentos de capital** - os investimentos em bens de capital são estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta da energia e dos serviços. As premissas principais são fundamentadas com base em projeções do mercado, no desempenho histórico da Companhia, nas premissas macroeconômicas, que por sua vez, são documentadas e aprovadas pela Administração. Os testes de recuperação dos ativos imobilizados e intangíveis da Companhia não resultaram na necessidade de reconhecimento de perdas para os exercícios findos em 2020 e 2019, em face de que o valor recuperável excede o seu valor contábil na data da avaliação; **m. Empréstimos e financiamentos e debêntures** - são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva; Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira que possuem operações de swap foram reconhecidos pelo valor justo através do resultado do exercício; **n. Derivativos** - a Companhia detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras e de taxa de juros. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado. Suas características estão demonstradas na nota explicativa nº 32; **o. Imposto de renda e contribuição social** - compreendem os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. Os tributos correntes são mensurados ao valor esperado a ser pago as autoridades fiscais, utilizando as alíquotas aplicáveis, enquanto o imposto diferido é contabilizado no resultado a menos que esteja relacionado a itens registrados em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 mil. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%. Embora os ativos e os passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares àqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros. A entidade tem normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. Conforme orientações do ICPC 22 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2021, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro apurado pela Companhia; **p. Incentivos fiscais SUDENE** - como há segurança de que as condições estabelecidas para fruição do benefício serão cumpridas, os incentivos fiscais recebidos são reconhecidos no resultado do exercício e destinados a Reserva de lucros - Reservas de incentivos fiscais de imposto de renda, na qual são mantidos até sua capitalização (vide nota explicativa nº 12); **q. Provisões** - uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais estão provisionados por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis; **r. Ajuste a valor presente** - determinados títulos a receber são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas, que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, risco, moeda, condição de recebimento, nas datas das respectivas transações; **s. Dividendos** - os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios, após o exercício contábil a que se refere as demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até a sua efetiva aprovação; **t. Receita Operacional** - as receitas são reconhecidas quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, receita de construção da infraestrutura, receitas de uso dos sistemas elétricos de transmissão e distribuição (TUSD), suprimento de energia a concessionária (venda de energia na CCEE), receita de constituição e amortização - CVA ativa e passiva e outras receitas operacionais relacionadas aos serviços prestados. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é fornecida e seu reconhecimento é realizado de forma mensal através da emissão das faturas de contas de energia elétrica conforme prevê o calendário de medição. A receita não faturada é apurada em base estimada, até a data do balanço, reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento do mês. A receita de construção da infraestrutura corresponde às receitas e custos apurados durante o período de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviço de distribuição de energia elétrica. As obras são terceirizadas e, neste contexto, a Administração entende que essa atividade gera uma margem muito reduzida. As receitas de disponbibilidade do uso dos sistemas elétricos transmissão e distribuição (TUSD) recebidas pela Companhia de outras concessionárias e de consumidores livres que utilizam a sua rede de distribuição são contabilizadas no mês que os serviços de rede são prestados. Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração. A receita de constituição e amortização - CVA ativa e passiva e outros itens componentes é reconhecida no resultado quando os custos efetivamente incorridos forem diferentes daqueles incorporados à tarifa de distribuição de energia. A receita com subvenções governamentais vinculadas ao serviço concedido somente é reconhecida quando houver razoável segurança de que esses montantes serão recebidos pela Companhia. São registradas no resultado dos exercícios nos quais a Companhia reconhece como receita os descontos concedidos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários; **u. Benefícios pós emprego:** a Companhia oferece aos seus colaboradores planos de benefícios previdenciários, assistência médica-hospitalar e outros benefícios pós-empregos. Os planos de benefícios para suplementação de aposentadoria e pensões são classificados nas modalidades Benefício Definido (BD) e Contribuição Definida (CD). O valor presente das obrigações dos planos de Benefício Definido é calculado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado, com base em premissas e projeções de taxas de juros, inflação, variação dos benefícios, expectativa de vida, e outras variáveis. A taxa de desconto é o rendimento observado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. Na modalidade de Benefício Definido quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos dos planos são deduzidos. Quando o cálculo atuarial resulta em um benefício, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições aos planos. Na modalidade de Contribuição Definida, no qual a Patrocinadora paga contribuições fixas para uma entidade separada, não possuindo qualquer responsabilidade sobre as insuficiências atuariais desse plano, as obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados. A Companhia participa do custeio dos planos de assistência médica-hospitalar aos seus empregados, que efetuam contribuição fixa para o plano, em atendimento a Lei 9.656/98 (que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde). Conforme previsão dos artigos 30º e 31º da Lei, será garantido o direito à extensão do plano de assistência médica no qual o participante tenha direito enquanto empregado ativo. Os ganhos e perdas atuariais são contabilizados diretamente em outros resultados abrangentes, líquido de tributos, diretamente no patrimônio líquido; **v. Demais ativos e passivos** (circulante e não circulante) - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço; e **w. Demonstração do valor adicionado** - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG 09 / CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar às demonstrações financeiras. **3.2. Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board: (i) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC, e ainda não adotadas pela Companhia:**

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
IFRS 17	Contratos de seguros	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1	Classificação de passivos como circulante ou não circulante	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 8	Definição de estimativas contábeis	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1 e IFRS 2 - Declaração de Prática	Divulgação de políticas contábeis	IAS 1 (1º de janeiro de 2023) / IFRS 2 - Declaração de prática (sem data de vigência ou exigência de transição)

(ii) Outros pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021, os quais não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas e da Companhia:

	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
IFRS 9 / CPC 48, IAS 39 / CPC 38; IFRS 7 / CPC 40(R1); IFRS 4 / CPC 11; e IFRS 16 / CPC 06 (R2)	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais	1º de janeiro de 2021
IFRS 16 / CPC 06 (R2): Arrendamentos	Em 31 de março de 2021, o IASB estendeu até 30 de junho de 2022, a aplicação do expediente prático do IFRS 16, em decorrência de benefício concedidos à arrendatários ("lease concessions") em decorrência da pandemia de COVID-19	31 de março de 2021

A Companhia também avaliou os demais pronunciamentos contábeis emitidos, alterados e substituídos, mas que ainda não efetivos para o exercício e não identificou qualquer impacto ou alterações nas demonstrações financeiras da Companhia.

4. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual estão disponíveis nas demonstrações financeiras. Os resultados de segmentos que são reportados à Administração, incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica em seis municípios no Estado da Paraíba, e sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

5. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA, APLICAÇÕES FINANCEIRAS NO MERCADO ABERTO E RECURSOS VINCULADOS

5.1. Caixa e equivalente de caixa: A carteira de aplicações financeiras é constituída, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário (CDB's). A rentabilidade média ponderada da carteira em 31 de dezembro de 2020 equivale a 101,4% do CDI.

	2021	2020
Caixa e depósitos bancários à vista	**5.010**	**5.986**
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Certificado de Depósito Bancário	-	4.774
Total de caixa e equivalentes de caixa - circulante (1)	**5.010**	**10.760**

(1) As aplicações financeiras, referente ao ano de 2020, apresentadas possuem liquidez diária e são resgatáveis pela taxa de contratação.

5.2. Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados: A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, letra financeira do tesouro (LFT), CDB´s, entre outros. A rentabilidade média ponderada da carteira em 31 de dezembro de 2021 equivale a 119,5% do CDI (77,5% do CDI em 2020).

	2021	2020
Avaliadas ao valor justo por meio do resultado		
Certificado de Depósito Bancário (CDB´s)	34	393
Fundo de Investimento (1)	151	15
Fundo de investimentos exclusivos (2)	**54.080**	**97.986**
Certificado de Depósito Bancário (CDB´s)	831	1.556
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	37	127
Títulos públicos	-	5.478
Fundo Multimercado	78	394
Fundo de Renda Fixa	24.618	25.910
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	9.946	18.908
Letra Financeira (LF)	3.197	3.075
Letra Financeira (LFS)	9	21.656
Letra Fianceira (LTN)	149	831
Nota do Tesouro Nacional (NTNB)	15.137	19.296
Nota do Tesouro Nacional (NTNF)	78	755
Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados (3) - circulante	**54.265**	**98.394**

(1) Fundos de Investimentos - inclui fundos classificados como Renda Fixa e Multimercado e são remunerados de 58,0% a 94,5% (17,2% em 2020) e média ponderada 90,9% do CDI. (2) Fundo de investimentos exclusivos - inclui aplicações em CDB, CCB, Fundos de Renda Fixa, Titulos Públicos, LFT, LF, LTN, LFS, NTNF, Fundo Multimercado e NTNB são remuneradas 107,0% do CDI Fundo BTG Zona da Mata, 138,0% do CDI Fundo MAG Zona da Mata, (113,5% em 2020) do CDI Fundo FI Energisa 117,3% (63,5% em 2020) do CDI Fundo Zona da Mata e 127,80% (83,8% em 2020) do CDI Fundo Cataguases. (3) Inclui R$185 (R$408 em 2020) referente a recursos vinculados a bloqueios judiciais e conselho do consumidor.

	2021	2020
Depósito judicial credores	49	19
Conselho Consumidor	136	389
Total	**185**	**408**

ENERGISA BORBOREMA – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

GRUPO energisa

6. CONSUMIDORES E CONCESSIONÁRIAS

Englobam, o fornecimento de energia elétrica faturada, não faturada, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros. A energia não faturada é apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento das demonstrações financeiras.

	Saldos a vencer		Saldos vencidos					Total	
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Há mais de 360 dias	PPECLD (3)	2021	2020
Valores correntes									
Residencial	5.991	-	7.672	503	90	5	(665)	13.596	11.645
Industrial	2.400	-	282	6	42	-	-	2.730	3.991
Comercial	4.599	-	1.686	78	-	251	(251)	6.363	7.234
Rural	549	-	675	56	79	-	-	1.359	1.229
Poder público	2.070	-	15	-	-	-	-	2.085	1.670
Iluminação pública	1.651	-	-	-	-	-	-	1.651	1.259
Serviço público	609	-	-	-	-	-	-	609	497
Fornecimento não faturado	14.595	-	-	-	-	-	-	14.595	8.365
Arrecadação Processo Classificação	(298)	-	-	-	-	-	-	(298)	(91)
Valores renegociados:									
Residencial	645	1.832	389	129	94	699	(1.240)	2.548	2.818
Industrial	255	1.061	58	14	24	448	(767)	1.093	1.202
Comercial	337	5.725	1.176	88	161	1.619	(4.567)	4.539	5.005
Rural	80	287	53	20	28	101	(223)	346	238
Poder público	16	3	-	-	-	-	-	19	22
Iluminação pública	15	97	-	-	-	-	-	112	663
(-) Ajuste a valor presente (1)	(19)	(1.352)	-	-	-	-	-	(1.371)	(343)
Subtotal - clientes	**33.495**	**7.653**	**12.006**	**894**	**518**	**3.123**	**(7.713)**	**49.976**	**45.404**
Suprimento Energia - Moeda Nacional (2)	3.097	-	-	-	-	-	-	3.097	12.090
Outros (4)	-	-	1.041	1	-	2.133	(25)	3.150	1.895
Total	**36.592**	**7.653**	**13.047**	**895**	**518**	**5.256**	**(7.738)**	**56.223**	**59.389**
Circulante								48.410	52.242
Não Circulante								7.813	7.147

(1) Ajuste a valor presente: calculado para os contratos renegociados sem a incidência de juros e/ou para aqueles com taxa de juros de IPCA ou IGPM. Para o desconto a valor presente utilizou-se para 31 de dezembro de 2021 a taxa CDI 8,76% (1,90% em 2020). (2) Suprimento de Energia - inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, como segue:

Composição do saldo da CCEE	**2021**	**2020**
Créditos a vencer	3.097	12.090
Sub-total créditos CCEE	**3.097**	**12.090**
(-) Aquisições de energia na CCEE	(2.229)	(17.766)
(-) Encargos de serviços do sistema	(10.911)	(984)
Total (débitos)/créditos CCEE	**(10.043)**	**(6.660)**

(3) Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (PPECLD) - constituída com base na perda esperada, utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas, probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da administração.

Segue as variações das provisões para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa:

	2021	2020
Saldo - inicial - circulante - 2020 e 2019	7.146	5.893
Provisões, deduzidas de reversões, constituídas no exercício	1.234	2.369
Baixa de contas de energia elétrica - incobráveis	(625)	(1.116)
Saldo - final - 2021 e 2020	**7.755**	**7.146**
Alocação:		
Consumidores e concessionárias	7.738	7.129
Outros créditos- vide nota explicativa nº 10(*)	17	17

(4) Outros - a Companhia possui também R$1.840 (R$1.838 em 2020) referente ao ICMS incidente sobre a disponibilização da rede de distribuição e transmissão aos consumidores livres, suspenso por liminares em contrapartida tem o mesmo valor contabilizado na rubrica de Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS em impostos e contribuições sociais no passivo não circulante.

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

	2021	2020
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	3.488	2.872
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	1.925	942
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	2.552	2.340
Contribuição do PIS e COFINS	1.844	2.448
Efeitos da Redução do ICMS na base de Cálculo Pis e Cofins (1)	68.711	72.030
Outros	8	81
Total	**78.528**	**80.713**
Ativo circulante	24.687	7.287
Ativo não circulante	53.841	73.426

(1) A Companhia possui créditos de PIS e de COFINS a recuperar de R$68.711 (R$72.030 em 2020), referente a redução do ICMS na base de cálculo após ação transitada em julgado, calculados com base na melhor estimativa da Administração. No início do exercício de 2021, foram adicionados novos valores de créditos de R$3.327 (R$7.271 em 2020), resultado da posição do julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) realizado em 13 de maio de 2021 que manteve integralmente a tese firmada em Repercussão Geral (Tema 69 - "O ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS e da COFINS"), consolidando o entendimento no qual o valor do ICMS destacado nas notas fiscais deve ser excluído da base de cálculo das contribuições para o PIS e a COFINS. Os valores foram devidamente atualizados pela aplicação da variação da taxa Selic, que resultou em R$2.781 (R$1.582 em 2020), contabilizados em outras receitas financeiras na demonstração do resultado do exercício. Em 18 de maio de 2021, a Receita Federal deferiu o pedido de habilitação dos créditos de PIS/Pasep e Cofins, oriundos da ação judicial transitada em julgado em favor da Companhia, que optou por recuperar os créditos tributários por meio de compensação dos saldos a receber com os valores dos débitos a recolher, iniciadas em maio de 2021 o que ocorrerá dentro do prazo prescricional de 5 anos. As compensações realizadas no exercício foram de R$9.427. Referem-se a créditos tributários de saldos negativos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, ICMS sobre aquisição de bens para o ativo intangível/imobilizado e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuadas a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

8. REAJUSTES, REVISÕES TARIFÁRIAS E OUTROS ASSUNTOS REGULATÓRIOS

8.1. Revisão e reajuste tarifário: A revisão tarifária periódica ocorre a cada 4 anos e neste processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A Concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Resolução Homologatória	Efeito médio para o consumidor (%)	Vigência (Início)
Resolução 2.832, de 02 de fevereiro de 2021	5,21%	04 de fevereiro de 2021

Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis. A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.665, de 28 de janeiro de 2020, e Nota Técnica nº 07/2020-SGT/ANEEL, aprovou o reajuste tarifário da Companhia, em vigor a partir de 04 de fevereiro de 2020, cujo impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi uma redução de -1,78%. **8.2. Bandeiras tarifárias:** A partir de 2015, as contas de energia passaram a trazer o sistema de Bandeiras Tarifárias. As Bandeiras Tarifárias têm como finalidade sinalizar aos consumidores as condições de geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional -SIN, por meio da cobrança de valor adicional à Tarifa de Energia - TE. O sistema de Bandeiras Tarifárias é representado por: • Bandeira Tarifária Verde; • Bandeira Tarifária Amarela; • Bandeira Tarifária Vermelha, segregada em Patamar 1 e 2; e • Bandeira Escassez Hídrica. A tarifa sofre acréscimo a cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês, conforme valores estabelecidos na tabela abaixo:

Bandeira	Anterior R$/Kwh (1)	Atual R$/Kwh (2) REH 2.888/2021 (*)	Atual R$/Kwh Resolução nº 3/2021	Variação total (2) / (1)
Verde	-	-	-	0%
Amarela	1,34	1,87	-	40%
Vermelha 1	4,17	3,97	-	(5)
Vermelha 2	6,24	9,49	-	52
Escassez hídrica	-	-	14,20	-

(*) A ANEEL aprovou, em 30 de setembro de 2021, por meio da Resolução Homologatória nº 2.888, os novos adicionais da Bandeira Tarifária, em vigor a partir de 01 de julho de 2021.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 as bandeiras tarifárias vigoraram da seguinte forma:

	2021	2020
Janeiro	Amarela	Amarela
Fevereiro	Amarela	Verde
Março	Amarela	Verde
Abril	Amarela	Verde
Maio	Vermelha Patamar 1	Verde
Junho	Vermelha Patamar 2	Verde
Julho	Vermelha Patamar 2	Verde
Agosto	Vermelha Patamar 2	Verde
Setembro	Escassez Hídrica	Verde
Outubro	Escassez Hídrica	Verde
Novembro	Escassez Hídrica	Verde
Dezembro	Escassez Hídrica	Vermelha Patamar 2

Bandeira Escassez Hídrica: A Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética - CREG, através da Resolução nº 3 de 31 de agosto de 2021, determinou a ANEEL a implementação de patamar específico de Bandeira Tarifária, denominada Bandeira de Escassez Hídrica, nos termos do Decreto nº 8.401, de 4 de fevereiro de 2015, no valor de R$142,00/MWh (cento e quarenta e dois reais por megawatt-hora), que passa a vigorar no período de setembro de 2021 a abril de 2022. A Bandeira Escassez Hídrica não se aplica aos consumidores inscritos na Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE, os quais devem permanecer na sistemática das Bandeiras Tarifárias, conforme os valores aprovados na Resolução Homologatória ANEEL nº 2.888, de 29 de junho de 2021. **8.3. Programa de Incentivo a Redução Voluntária de Consumo de Energia Elétrica:** Foi instituído através da Resolução Nº 2, de 31 de agosto de 2021 da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética do Ministério de Minas e Energia o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica para unidades consumidoras dos grupos A e B no mercado regulado do Sistema Interligado Nacional - SIN, vinculado ao Ministério de Minas e Energia, com o objetivo de estabelecer medidas emergenciais para o enfrentamento da atual situação de escassez hídrica, a fim de garantir a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético no País. O programa foi implementado mediante a concessão de bônus em fatura, no valor de R$ 50,00 (cinquenta reais) para cada 100 (cem) kWh, em contrapartida da redução média verificada do consumo de energia elétrica em montante igual ou superior a 10% (dez por cento), por unidade consumidora do ambiente de contratação regulada, limitado a 20% (vinte por cento). O percentual de redução do consumo será aplicado sobre o montante apurado com base no consumo médio de cada unidade consumidora nas faturas referentes às competências de setembro a dezembro de 2020, desde que possuam histórico de medição. E será aplicado às unidades consumidoras do grupo B pertencentes às classes de consumo residencial, industrial, comércio, serviços e outras atividades, rural e serviço público e para as unidades consumidoras do grupo A pertencentes às classes de consumo poder público, iluminação pública e consumo próprio. O primeiro estágio do Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica vigerá por quatro ciclos de faturamento, contados a partir de 1º de setembro de 2021. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram apurados R$3.559 em bônus de consumo a serem repassados aos consumidores, cuja obrigação foi reconhecida na rubrica de Outras Contas a Pagar do passivo circulante - Bônus de redução voluntária de consumo, tendo como contrapartida uma redução na receita operacional. Por outro lado, o direito de ressarcimento da Companhia pelo bônus concedido foi reconhecido na rubrica de Reembolsos do Fundo CDE no grupo de Outros Créditos do ativo circulante (vide nota explicativa nº 10. Outros Créditos) e tendo como contrapartida uma rubrica de receita operacional para gerar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. **8.4. Outros assuntos regulatórios - sobrecontratação:** O Brasil vivencia uma situação de sobrecontratação de energia generalizada desde o ano de 2016, que tem afetado grande parte das empresas distribuidoras de energia elétrica do país. Por um lado, além das incertezas no crescimento da demanda por razões econômicas, o mercado regulado passou a ser extremamente afetado pelo aumento no volume das migrações dos consumidores cativos para o mercado livre e pelo crescimento da geração distribuída. De outro lado, dado o modelo centralizado de contratação, a carteira das distribuidoras carrega contratos de longo prazo com pouca flexibilidade. Ainda assim, de maneira geral e como resultado das estratégias de gestão de portfólio, a administração da Companhia encontra-se bem posicionada. Neste contexto, a metodologia de apuração dos resultados de sobrecontratação vem sendo discutida entre a ANEEL e as Distribuidoras desde o encerramento do ano civil de 2016, por consequência impedindo a homologação dos valores para os anos de 2016 a 2021. No âmbito deste processo, destaca-se abaixo o histórico recente: 1) Em 08 de abril de 2021, a Procuradoria Federal junto à ANEEL se manifestou contrariamente ao posicionamento exarado, até então, pela área técnica e diretoria, tendo, no âmbito do Parecer n. 00079/2021/PFANEEL/PGF/AGU, opinado pela necessidade de alterações dos valores dos montantes de involuntariedade originalmente calculados, diante de análises aprofundadas dos seguintes pontos: (i) possibilidade ou não de aplicação do critério econômico na avaliação da sobrecontratação involuntária; (ii) diferenciação do conceito do máximo esforço para exposição e sobrecontratação involuntárias; e (iii) possibilidade de avaliação retroativa de migrações de consumidores livres e especiais ao ACL; 2) Ato seguinte, em 26 de novembro de 2021, e em atendimento à análise da Procuradoria Federal da ANEEL, foi publicada pela Superintendência de Regulação Econômica e Estudos de Mercado - SRM da ANEEL a Nota Técnica nº 121/2021-SRM/SGT/ANEEL, contendo a nova metodologia de apuração e valores de involuntariedade, bem como recomendando a apreciação da matéria pela Diretoria da Agência. Analisando esta última proposta, a Companhia entendeu haver maior aderência entre os resultados esperados e aqueles obtidos pelo novo entendimento da ANEEL, sem prejuízo de novos pleitos junto à agência para adequação de pontos ainda divergentes. Desta forma, com base na metodologia trazida pela área técnica da ANEEL por meio da Nota Técnica no 121/2021-SRM/SGT/ANEEL a Administração revisitou as suas estimativas e premissas quanto aos ativos e passivos financeiros setoriais referente a sobrecontratação de energia dos exercícios de 2016 a 2021, proporcionalizando um efeito negativo no resultado do exercício de R$5.900. Dos valores reconhecidos no resultado do exercício, o montante de R$16.400, foi contabilizado na receita operacional bruta - constituição e amortização CVA ativa e passiva e R$3.500 referente a atualização financeira devedora, registrado em despesas financeiras na rubrica de atualização financeira - Passivos financeiros setoriais.

9. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados pela Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Os valores são realizados quando do início da vigência de outros períodos tarifários ou extinção de concessão com saldos apurados e não recuperados, os quais serão incluídos na base de indenização. Os valores reconhecidos de ativos e passivos financeiros setoriais tiveram a contrapartida a receita de venda de bens e serviços. Os aditivos contratuais emitidos pela ANEEL, vem garantir que os valores de CVA e outros itens financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão. A Companhia contabilizou as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, conforme demonstrado a seguir:

Ativo Financeiro Setorial	Saldos em 2020	Receita Operacional Adição	Receita Operacional Amortização	Resultado financeiro Remuneração	Transferência	Saldos em 2021	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
Itens da Parcela A (i)										
Energia elétrica comprada para revenda	-	(1.906)	-	(129)	2.970	935	-	935	848	87
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	48	52	(68)	1	(9)	24	13	11	23	1
Encargo de serviços de sistema ESS (iii)	2.786	18.829	384	329	2.549	24.877	-	24.877	22.582	2.295
Transporte de Energia Elétrica Rede Básica	1.929	941	(1.271)	68	(1.007)	660	24	636	601	59
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	2.819	(2.368)	(227)	35	384	643	-	643	584	59
Componentes financeiros										
Neutralidade da Parcela A (iv)	-	-	-	1	(1)	-	-	-	-	-
Sobrecontratação de energia (ii)	2.305	10.571	-	3.496	28	16.400	-	16.400	-	16.400
Exposição de submercados (v)	1.356	7.338	(1.952)	119	(4.718)	2.143	192	1.951	1.963	180
CUSD	846	231	(950)	2	(33)	96	96	-	96	-
Garantias Financeiras	539	507	(494)	16	-	568	46	522	520	48
Saldo a Compensar da CVA ciclo anterior (vi)	54	(2.970)	2.707	246	7	44	10	34	41	3
Total Ativo	**12.682**	**31.225**	**(1.871)**	**4.184**	**170**	**46.390**	**381**	**46.009**	**27.258**	**19.132**

Passivo Financeiro Setorial	Saldos em 2020	Receita Operacional Adição	Receita Operacional Amortização	Resultado financeiro Remuneração	Transferência	Saldos em 2021	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
Itens da Parcela A (i)										
Energia elétrica comprada para revenda	5.690	69	(6.983)	(242)	2.970	1.504	1.504	-	1.504	-
Encargo de serviços de sistema ESS (iii)	4.565	(2.416)	(4.572)	8	2.549	134	134	-	134	-
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	9	-	-	-	(9)	-	-	-	-	-
Transporte de Energia Elétrica Rede Básica	885	-	122	-	(1.007)	-	-	-	-	-
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	2.699	(408)	(2.666)	3	384	12	12	-	12	-
Componentes financeiros										
Neutralidade da Parcela A (iv)	610	1.001	(412)	21	(1)	1.219	378	841	1.141	78
Sobrecontratação de energia (ii)	260	14.000	(651)	420	28	14.057	40	14.017	12.775	1.282
Saldo a Compensar CVA ciclo anterior (vi)	81	34	(298)	-	7	(176)	-	(176)	(176)	-
Devoluções Tarifárias (vii)	6.590	(4.212)	-	(654)	-	1.724	-	1.724	-	1.724
CUSD	-	255	-	2	(33)	224	-	224	204	20
Exposição de submercados (v)	4.133	-	585	-	(4.718)	-	-	-	-	-
Outros itens financeiros (viii)	-	229	(208)	360	-	381	21	360	363	18
Total Passivo	**25.522**	**8.552**	**(15.083)**	**(82)**	**170**	**19.079**	**2.089**	**16.990**	**15.957**	**3.122**
Saldo líquido	**(12.840)**	**22.673**	**13.212**	**4.266**	**-**	**27.311**	**(1.708)**	**29.019**	**11.301**	**16.010**

(i) Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A - CVA: a Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica. Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC; **(ii) Repasse de sobrecontratação/exposição involuntária de energia: a**s distribuidoras de energia elétrica devem garantir, por meio de contratos de energia regulados, o atendimento de 100% do seu mercado. Contratações superiores ou inferiores a este referencial implicam na apuração, pela ANEEL, com aplicação nos processos de reajustes e revisões tarifárias, dos custos de repasse de aquisição do montante de sobrecontratação, limitado aos 5% em relação à carga anual regulatória de fornecimento da distribuidora e do custo da energia referente à exposição ao mercado de curto prazo; **(iii) Encargo de Serviço do Sistema - ESS: r**epresenta um encargo destinado à cobertura dos custos dos serviços do sistema, que inclui os serviços ancilares, prestados pelos usuários do Sistema Interligado Nacional - SIN. Inclui R$2.602 constituídos no segundo semestre de 2020 referente ao recebimento CCEE de alívio de caixa devido a pandemia do Covid-19; **(iv) Neutralidade da Parcela A: r**efere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores inseridos nas tarifas; **(v) Exposição de submercados: r**epresenta o resultado financeiro decorrente das diferenças entre o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) em função das transferências de energia entre Submercados; **(vi) Saldo a Compensar da CVA do ciclo anterior: c**onforme previsto no § 4° do artigo 3° da Portaria Interministerial MME/MF n° 25/2002, verifica-se se o saldo da CVA em processamento considerado no processo tarifário foi efetivamente compensado, levando-se em conta as variações ocorridas entre o mercado de energia elétrica utilizado na definição daquele processo tarifário e o mercado verificado nos 12 meses da compensação, bem como a diferença entre a taxa de juros projetada e a taxa de juros SELIC verificada; **(vii) Devoluções Tarifárias: referem-se as receitas de ultrapassagem de demanda e excedentes de reativos auferidas a partir do 4º Ciclo** de Revisão Tarifária Periódica (4CRTP), iniciado a partir de agosto/2016, atualizadas mensalmente com aplicação da variação da SELIC e serão amortizadas a partir do início do 5º ciclo de Revisão Tarifário Periódica (5CRTP); **(viii) Outros itens financeiros: considera-se os demais itens financeiros de característica não recorrentes e específico das Distribuidoras,** tais como, Reversão do financeiro RTE2015, Diferencial Eletronuclear, Repasse de Compensação DIC/FIC, etc; e **Adesão a conta COVID:** A Companhia protocolou em 03 de julho de 2020, correspondência de solicitação da disponibilidade dos recursos da Conta COVID no valor máximo de R$13.158, destinados a cobertura total dos ativos e passivos financeiros setoriais, dos quais todo o montante já foi recebido, conforme segue.

Despachos	Data entrada de recurso	Valor
Despacho ANEEL nº 2.177 de 24 de julho de 2020	31 de julho de 2020	5.795
Despacho ANEEL nº 2.353 de 11 de agosto de 2020	12 de agosto de 2020	1.404
Despacho ANEEL nº 2.640 de 11 de setembro de 2020	14 de setembro de 2020	1.708
Despacho ANEEL nº 2.914 de 9 de outubro de 2020	13 de outubro de 2020	1.279
Despacho ANEEL nº 3.197 de 11 de novembro de 2020	13 de novembro de 2020	1.636
Despacho ANEEL nº 3.490 de 10 de dezembro de 2020	14 de dezembro de 2020	1.336
Total recebido		**13.158**

A criação da Conta COVID foi instituída pelo Decreto nº 10.350/2020 em 18 de maio de 2020, sob a gestão da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), com a finalidade específica de contratar e liquidar operações de crédito, destinadas à cobertura total ou parcial, quais sejam: (i) efeitos financeiros da sobrecontratação de energia; (ii) saldo em constituição da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA; (iii) neutralidade dos encargos setoriais; (iv) postergação até 30 de junho de 2020 dos resultados dos processos tarifários de distribuidoras de energia elétrica homologados até a mesma data; (v) saldo não amortizado da CVA reconhecida no último processo tarifário; (vi) saldo não amortizado de diferimentos reconhecidos ou revertidos no último processo tarifário; e (vii) antecipação do ativo regulatório relativo à Parcela B. O principal objetivo da instituição da Conta COVID, decorrente da pandemia, foi postergar para até 5 anos os aumentos nas contas de energia que seriam cobrados em até 1 ano, e também garantir a liquidez das concessionárias de distribuição que estão impactadas principalmente pela queda de demanda e inadimplência, blindando os demais agentes do setor elétrico, como já mencionamos anteriormente. De acordo com o artigo 7º da Resolução Normativa ANEEL nº 885/2020, a CCEE é como o garantidor, bem como responsável por todo o processo da operacionalização da Conta COVID. Conforme artigo 8º da Resolução Normativa os repasses efetuados pela Conta COVID às Concessionárias irão gerar um Contas a Receber na CCEE vinculado ao fundo CDE que será o devedor, e não diretamente das Concessionárias. Os valores da Conta COVID foram incluídos na cobertura tarifária das distribuidoras a partir dos processos tarifários de 2021 e permanecerão pelo tempo necessário de amortização integral das operações financeiras.

10. OUTROS CRÉDITOS

	2021	2020
Subvenção Baixa Renda (1)	2.255	2.113
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	1.974	1.843
Ordens de serviço e desativação em curso	9	14
Adiantamentos	556	465
Subvenção CDE - Desconto Tarifário (2)	1.468	(1.172)
Bônus - Reembolso do Fundo CDE	3.559	-
Créditos de terceiros - Alienação de bens e direitos	2.012	1.347
Outros (3)	1.299	293
Total - circulante	**13.132**	**4.903**

(*) Vide nota explicativa nº 8.3 - Programa de Incentivo a Redução Voluntária de Consumo de Energia Elétrica. (1) Subvenção Baixa renda - esses créditos referem-se à subvenção da classe residencial baixa renda, das unidades consumidoras com consumo mensal inferior a 220 kWh, desde que cumpridos certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético ambos sob a administração da CCEE. Os saldos em aberto são referentes as provisões de novembro e dezembro de 2021, o qual a Administração não espera apurar perdas em sua realização.

Segue a movimentação ocorrida nos exercícios:

	2021	2020
Saldo inicial - circulante - 2020 e 2019	**2.113**	**1.740**
Subvenção Baixa Renda	13.115	15.680
Ressarcimentos e compensações realizadas pela CCEE	(12.973)	(15.307)
Saldo final - circulante - 2021 e 2020	**2.255**	**2.113**

(2) Subvenção CDE - Desconto Tarifário - refere-se a recursos transferidos às concessionárias autorizados pelo Governo Federal, para fazer frente à Subvenção CDE para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. Os saldos correspondem às subvenções incorridas nos meses de novembro e dezembro de 2021. Os valores serão compensados no primeiro trimestre de 2022.

	2021	2020
Saldo inicial - circulante - 2020 e 2019	**(1.172)**	**(68)**
Desconto Tarifário Subvenção Irrigante e Rural	7.259	6.358
Ressarcimentos e compensações realizadas pela CCEE	(4.619)	(7.462)
Bônus de Consumo (*)	3.559	-
Saldo final - circulante - 2021 e 2020	**5.027**	**(1.172)**

(*) Vide nota explicativa nº 8.3 - Programa de Incentivo a Redução Voluntária de Consumo de Energia Elétrica. (3) Outros - inclui, R$645, referente incentivo fiscal de reinvestimento, constituído no exercício de 2021, agurdando homologação da Sudene, R$17 (R$17 em 2020) de provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa e outros.

11. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia é controlada pela ENERGISA S/A, (100% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário das seguintes Companhias e empresas: • Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (EPB); • Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia (EMG); • Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (ESE); • Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A (ENF); • Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A (ERO); • Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A (EAC); • Energisa Soluções S/A (ESO); • Energisa Soluções e Construções em Linhas e Redes S/A; e • Voltz Capital S/A. A Energisa S/A, por meio das participações nas sociedades Energisa Transmissão de Energia S/A (ETE), Denerge - Desenvolvimento Energético S/A, Rede Energia Participações S/A, Alsol Energias Renováveis S/A e Energisa Participações Minoritárias S/A (EPM), possui participação indireta nas seguintes Companhias, como segue: Controladas diretas da Energisa Transmissão de Energia S/A: • Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A; • Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A; • Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A; • Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A; • Energisa Amazonas Transmissora de Energia S/A; e • Energisa Tocantins Transmissora de Energia II S/A. Controladas diretas da Rede Energia Participações S/A: • Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A (EMS); • Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A (EMT); • Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A (ETO); • Energisa Sul Sudeste - Distribuição de Energia S/A (ESS); • Multi Energisa Serviços S/A (MULTI) • Rede Power do Brasil S/A (REDE POWER); • Companhia Técnica e Comercialização de Energia (CTCE); e • QMRA Participações S/A (QMRA). Controlada direta da Alsol Energias Renováveis S/A: • Laralsol Empreendimentos Energéticos Ltda (Laralsol); • URB Energia Limpa Ltda. Os saldos com partes relacionadas são apresentados como segue:

	Serviços contratados (Despesas)	Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição (Custo)	Comissão aval e debêntures (despesas financeiras) (6)	Saldo a pagar (Fornecedores)	Saldo a pagar aval e debêntures - outras contas a pagar (6)	Saldo a pagar - Disponibilização de sistema de transmissão e distribuição
Energisa S/A (1)	(5.602)	-	(3.648)	(1.341)	(17.137)	-
Multi Energisa Serviços S/A (2)	(695)	-	-	(123)	-	-
Energisa Soluções S/A (3)	(3)	-	-	(2)	-	-
Energisa Paraiba - Distribuidora de Energia S/A (4)	-	(10.520)	-	-	-	-
Energisa Goias Transmissora de Energia I S.A (5)	-	(25)	-	-	-	(2)
Energisa Pará Transmissora de Energia I S.A. (5)	-	(26)	-	-	-	(2)
Energisa Pará Transmissora de Energia II S.A. (5)	-	(2)	-	-	-	-
Energisa Amazonas Transmissora de Energia S.A.(5)	-	(12)	-	-	-	-
2021	**(6.300)**	**(10.585)**	**(3.648)**	**(1.466)**	**(17.137)**	**(4)**
2020	**(6.191)**	**(11.672)**	**(1.800)**	**(1.378)**	**(15.492)**	**(2)**

(1) **Energisa S/A:** refere-se a serviços administrativos e de compartilhamento de recursos humanos para execução de parcela dos macroprocessos prestados às suas controladas. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. Os contratos de compartilhamento foram aprovados pela ANEEL e firmados em 01 de março de 2017 com prazo de validade de 60 meses, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo que deverá conter anuência da ANEEL; (2) **Multi Energisa Serviços S/A:** refere-se a serviços de Call Center e Suporte a TI e foram submetidos à aprovação da ANEEL. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários; (3) **Energisa Soluções S/A:** as transações com as empresas ligadas referem-se a serviços de manutenção de linhas, subestações, engenharia e de projetos. Os contratos foram submetidos à aprovação da ANEEL e são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários; (4) **Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A:** Os valores de custo e uso de conexão estão suportados por contratos que foram submetidos à aprovação da ANEEL e foram efetuados em condições usuais de mercado; e (5) **Energisa Goiás Transmissora de Energia I S.A, Energisa Pará Transmissora de Energia I S.A., Energisa Pará Transmissora de Energia II S.A. e Energisa Amazonas Transmissora de Energia**

ENERGISA BORBOREMA – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

GRUPO energisa

S.A.: refere-se ao transporte de energia dos centros de geração até os pontos de distribuição, conforme previsto no contrato de concessão; e [6] A Companhia efetuou a 5ª emissão de Debêntures em moeda corrente, que foram na sua totalidade, adquiridas pela controladora Energisa S/A com vencimentos e condições conforme nota explicativa n°19. Em 31 de dezembro de 2021 o valor atualizado é de R$17.103 (R$15.389 em 2020). Os custos do contrato de comissão de aval, refere-se as garantias da controladora, iniciadoas em fevereiro de 2013, sobre contratos da Companhia de empréstimos e financiamentos, com taxa a razão de 1,5% a.a. O saldo em 31 de dezembro de 2021 monta em R$34 (R$103 em 2020).

Remuneração dos administradores:

	2021	2020
Remuneração Anual (a)	1.835	2.143
Remuneração dos membros do Conselho de Administração	495	426
Remuneração da Diretoria	587	564
Outros Benefícios (b)	829	495

[a] Limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2021 foi aprovado na AGO/E de 29 de abril de 2021. [b] Inclui, encargos sociais, benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida.

A maior e a menor remuneração atribuídas a dirigentes e conselheiros, relativas ao mês de dezembro, foram de R$20 e R$2 (R$20 e R$2 em 2020), respectivamente. A remuneração média no exercício foi de R$7 (R$7 em 2020). **Programa de Remuneração Variável (ILP):** A Companhia ofereceu aos seus executivos um Plano de Incentivo de Longo Prazo - ILP. Este plano tem por objetivo (i) o alinhamento de interesses entre acionistas e executivos; (ii) a promoção da meritocracia; (iii) a retenção de executivos de bom desempenho; (iv) o estímulo de resultados sustentáveis e atingimento de metas empresariais, com compartilhamento da criação de valor. O benefício é direcionado aos executivos da Companhia a ser pago em Units da controladora Energisa S/A, até o limite previsto de 0,5% do capital social da controladora Energisa S/A, na data de aprovação do Plano, que será baseado em um valor definido para cada nível levando em consideração o desempenho individual consignado no contrato de concessão de ações, de acordo com o escopo de cada executivo. O benefício visa atrair e reter pessoas chaves e premiá-las em função do seu desempenho, aliado às metas de desempenho da Companhia. O plano foi aprovado pela controladora Energisa S/A em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 25 de abril de 2018 e o regulamento aprovado em reunião do Conselho de Administração em 10 de maio de 2018. Atualmente, a Companhia possui um total de três programas de concessão de ações em andamento. Aos programas são associadas condições de performance (*Total Shareholder Return* - TSR Relativo e Fluxo de caixa livre), que modificam o target em função das faixas atingidas. Para determinação do valor justo foram utilizadas as seguintes premissas:

	1º programa ILP [1]	2º programa ILP	3º programa ILP	4º programa ILP
Método de Cálculo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo
Total de opções de ações outorgadas				
Data de aprovação do Conselho de Administração	10 de maio de 2018	09 de maio de 2019	10 de fevereiro de 2021	13 de maio de 2021
Data do início *vesting*	02 de maio de 2018	10 de maio de 2019	21 de dezembro de 2020	14 de maio de 201
Prazo de carência	3 anos	3 anos	2 anos e 5 meses	3 anos
Taxa de juros livre de risco [2]	8,2%	7,7%	5,27%	6,795%
Volatilidade [3]	29,29%	25,06%	50,51%	35,09%
Valor justo na data da outorga	R$44,35	R$54,97	R$43,69	R$36,23
Movimentação	Liquidado	Em operação	Em operação	Em operação

[1] Em 13 de maio de 2021, o Conselho de Administração da controladora Energisa S/A, aprovou a liquidação do 1º Programa do Plano de Incentivo de Longo Prazo cujo montante foi de R$159 representativo de 3.639 Units, já líquido de imposto de renda retido na fonte de responsabilidade do beneficiário. [2] Para o 1º Programa a taxa de juros = 8,2% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa - DI1J2021). Para o 2º Programa: Taxa de juros = 7,7% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa - DI1J2022. Para o 3º Programa: Taxa de juros = 5,27% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa - DI1J2023). Para o 4º Programa: Taxa de juros = 6,795% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa - DI1J2023). [3] Volatilidade e correlação entre os preços de ação (da Energisa S/A e dos concorrentes considerados no IEE ("Índice de Energia Elétrica e seus pares") para o *Total Shareholder Return* TSR) foram calculadas com base nos valores históricos de 1 ano anterior à data de outorga do programa. Não há opções exercíveis ou expiradas em 31 de dezembro de 2021 para os programas 2º, 3º e 4º. Devido as características específicas do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, divulgadas acima, não há preço de exercício ou limite para exercício. Em atendimento ao IFRS 2/CPC 10, a Companhia apurou o valor justo das ações (*Units*) restritas com condições de performance (*Performance Shares*) outorgadas com base no modelo de Monte Carlo para permitir a incorporação das condições de carência de mercado no valor justo do ativo. A despesa é reconhecida em uma base *"pro rata temporis"*, que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito a receber as ações. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram reconhecidos R$370 (R$223 em 2020) decorrente do Plano de Outorga de Opção de Ações na demonstração do resultado do exercício, na rubrica despesas gerais e administrativas - pessoal e administradores. O montante reconhecido na reserva de capital no patrimônio líquido acumula em 31 de dezembro de 2021 em R$640 (R$334 em 2020).

12. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS, IMPOSTOS DIFERIDOS E DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE

O Imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das demonstrações financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

	2021	2020
Ativo - Diferenças temporárias:		
Imposto de renda	12.081	12.866
Contribuição social sobre o lucro líquido	4.349	4.632
Total - não circulante	**16.430**	**17.498**
Passivo - Diferenças Temporárias		
Imposto de renda	7.838	3.795
Contribuição social sobre o lucro líquido	2.822	1.366
Total - não circulante	**10.660**	**5.161**
Total líquido - ativo não circulante	**5.770**	**12.337**

As diferenças temporárias são como segue:

	2021		2020	
	Base de cálculo	IRPJ + CSSL	Base de cálculo	IRPJ + CSSL
Ativo				
Créditos fiscais - ágio (1)	27.390	9.313	30.366	10.324
Outras provisões (PEE, P&D, honorários e outras)	6.711	2.282	8.296	2.821
Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa - PPECLD	7.755	2.637	7.146	2.430
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	1.377	468	1.572	534
Ajustes a valor presente	1.371	466	343	117
Outras adições/exclusões temporárias	3.719	1.264	3.739	1.272
Marcação a mercado da dívida	(915)	(311)	-	-
Marcação a mercado - derivativos	(2.832)	(963)	-	-
Parcela do VNR - ativo financeiro indenizável da concessão e atualizações	(27.605)	(9.386)	(15.179)	(5.161)
Total - ativo não circulante	**16.971**	**5.770**	**36.283**	**12.337**

[1] O beneficio fiscal do ágio está sendo amortizado pelo período remanescente de exploração da concessão, pelo método linear.

A seguir, as realizações dos créditos fiscais:

Exercício	Realização dos créditos fiscais
2022	1.467
2023	1.557
2024	1.684
2025	1.762
2026	1.868
2027 a 2028	3.750
2029 a 2030	4.342
Total	**16.430**

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a compensação dos créditos tributários registrados são demonstrados como segue:

	2021	2020
Resultados antes dos tributos sobre o lucro	75.041	40.947
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social, calculados às alíquotas fiscais combinadas	(25.514)	(13.922)
Ajustes:		
Despesas Indedutíveis (doações, brindes, multa, etc.)	(329)	(209)
Créditos sobre Incentivos fiscais - SUDENE [1]	11.350	6.788
Créditos diferidos de períodos anteriores	(7)	-
Incentivo fiscal - Lei do Bem	367	445
Outras exclusões permanentes [2]	423	320
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(13.710)	(6.578)
Alíquota efetiva	18,27%	16,06%

[1] Em novembro de 2019, a SUDENE aprovou o enquadramento do benefício fiscal de redução de 75% do IRPJ e adicionais da Companhia, para o período de 01 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2028, através do Laudo Constitutivo nº 0122/2019 - Ofício 3.982/2019 (SUDENE), emitido em 28 de novembro de 2019. Os valores de redução do imposto de renda e adicionais - Incentivo SUDENE- auferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, foram registrados diretamente na demonstração de resultado do exercício na rubrica "imposto de renda e contribuição social corrente" de acordo com a Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08. [2] Referem-se basicamente a outros incentivos fiscais utilizados pela Companhia, como PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), Doações/Patrocínios Culturais, Lei 8.313/91 e Projetos Desportivos, Lei 11.438/2006. **Declaração do Supremo Tribunal Federal sobre a inconstitucionalidade da cobrança do IRPJ e da CSLL sobre a Taxa SELIC incidente em valores recebidos em razão de repetição de indébito tributário:** A Companhia em agosto de 2021 impetrou Mandado de Segurança com o objetivo de reconhecer a ilegalidade e inconstitucionalidade da exigência do recolhimento de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") sobre os valores recebidos a título de taxa Selic decorrentes da repetição/compensação de tributos indevidamente recolhidos. Em 24 de setembro de 2021, o plenário do Supremo Tribunal Federal ("STF") julgou o Recurso Extraordinário nº 1.063.187/SC, representativo do tema 962 da repercussão geral, que trata da incidência do IRPJ e CSLL sobre juros de mora recebidos pelo contribuinte em repetição de indébito, ou seja, um dos temas pleiteados no Mandado de Segurança em referência. Neste julgamento foi acolhida, a tese da inconstitucionalidade da incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores relacionados à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário. Em 29 de setembro de 2021 foi divulgada a Ata de Julgamento, enquanto o acordão foi divulgado em 15 de dezembro de 2021. A Companhia avaliou junto com seus assessores jurídicos e tributários e concluiu sobre a imaterialidade dos valores líquidos a serem reconhecidos, visto a existência de atualizações monetárias ativas e passivas sobre o mesmo mérito. A administração continuará a monitorar o tema e a evolução da jurisprudência sobre o tratamento fiscal da correção sobre as atualizações monetárias dos valores a restituir do passivo, que em 31 de dezembro compensam a possível base para restituição de IR e CS sobre as atualizações monetárias ativas.

13. ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL DA CONCESSÃO

Os contratos de distribuição de energia elétrica estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contratos de concessão, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, estão classificados como ativos financeiros e mensurados ao valor justo por meio do resultado conforme previsto no marco regulatório do segmento e no contrato de concessão assinados pela Companhia e ANEEL. A remuneração do ativo financeiro indenizável da concessão, foi registrada em receitas operacionais como valor justo do ativo financeiro indenizável da concessãono montante de R$12.450 (R$2.976 em 2020). Segue as movimentações ocorridas nos exercícios:

	2021	2020
Ativo financeiro valor justo - **2020 e 2019**	**83.806**	**74.014**
Adições no exercício (1)	9.309	6.967
Baixas no exercício	(294)	(151)
Receitas operacionais - ativo financeiro indenizável da concessão (2)	12.450	2.976
Ativo financeiro valor justo - **2021 e 2020**	**105.271**	**83.806**

[1] Adições no exercício - refere-se a transferência do ativo contratual - infraestrutura em construção e intangível em curso para o ativo financeiro indenizável da concessão; [2] Receita operacional - ativo financeiro indenizável da concessão - estão demonstrados e classificados a valor justo por meio de resultado, atualizados pela variação mensal do IPCA, índice de remuneração utilizado pelo regulador nos processos de revisão tarifária reduzido pelo percentual de glosas apurados em homologações anteriores, refletindo a melhor estimativa da Administração do valor justo do ativo.

14. ATIVO CONTRATUAL - INFRAESTRUTURA EM CONSTRUÇÃO

No ativo contratual são registrados, os gastos que são diretamente atribuíveis a aquisição e construção dos ativos, tais como: (i) O custo de materiais e mão de obra direta; (ii) quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude; e (iii) os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos ao custo de construção da infraestrutura, apropriados considerando os determinados critérios para capitalização, como aplicação da taxa média ponderada e juros de contratos específicos de acordo com o normativo do CPC 20.

	Saldos em 2020	Adição	Transferências [1]	Baixas [2]	Saldos em 2021
Ativo contratual - infraestrutura em construção					
Em construção	8.307	16.643	(6.528)	(10.496)	7.926
(-) Obrigações Vinculadas à Concessão					
Em construção	1.183	1.700	(580)	(1.187)	1.116
Total do ativo contratual - infraestrutura em construção	**7.124**	**14.943**	**(5.948)**	**(9.309)**	**6.810**

	Saldos em 2019	Adição	Transferências [1]	Baixas [2]	Saldos em 2020
Ativo contratual - infraestrutura em construção					
Em construção	6.456	16.325	(6.975)	(7.499)	8.307
(-) Obrigações Vinculadas à Concessão					
Em construção	872	784	59	(532)	1.183
Total do ativo contratual - infraestrutura em construção	**5.584**	**15.541**	**(7.034)**	**(6.967)**	**7.124**

[1] O montante de R$5.948 (R$7.034 em 2020) foi transferido para o Intangível - contrato de concessão. [2] As baixas no montante de R$9.309 (R$6.967 em 2020) referem-se as transferências para o ativo financeiro indenizável da concessão, corresponde a parcela bifurcada do ativo contratual - infraestrutura em construção a ser indenizada no final da concessão pelo Poder Concedente, conforme prevê o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica que está enquadrado nos critérios de aplicação da interpretação técnica do ICPC 01 (IFRIC 12).

15. IMOBILIZADO

	Taxa média de depreciação (%)	Saldos em 2020	Adição	Transferências	Depreciação	Saldos em 2021
Imobilizado em Serviço						
Custo						
Máquinas e Equipamentos	15,27%	2.902	-	243	-	3.145
Veículos	14,29%	116	-	-	-	116
Móveis e utensílios	6,25%	500	-	8	-	508
Total do imobilizado em serviço		**3.518**	**-**	**251**	**-**	**3.769**
Depreciação acumulada						
Máquinas e Equipamentos		(2.283)	-	-	(183)	(2.466)
Veículos		(40)	-	-	(16)	(56)
Móveis e utensílios		(346)	-	-	(21)	(367)
Total Depreciação acumulada		**(2.669)**	**-**	**-**	**(220)**	**(2.889)**
Subtotal Imobilizado		**849**	-	251	(220)	880
Imobilizado em curso		5	450	(251)	-	204
Total do Imobilizado		**854**	**450**	**-**	**(220)**	**1.084**

	Taxa média de depreciação (%)	Saldos em 2019	Adição	Transferências	Baixas	Depreciação	Saldos em 2020
Imobilizado em Serviço							
Custo							
Máquinas e Equipamentos	15,85%	2.175	-	727	-	-	2.902
Veículos	14,29%	-	-	180	(64)	-	116
Móveis e utensílios	6,25%	1.101	-	(601)	-	-	500
Total do imobilizado em serviço		**3.276**	**-**	**306**	**(64)**	**-**	**3.518**
Depreciação acumulada							
Máquinas e Equipamentos		(1.514)	-	(588)	-	(181)	(2.283)
Veículos		-	-	(89)	55	(6)	(40)
Móveis e utensílios		(830)	-	518	-	(34)	(346)
Total Depreciação acumulada		**(2.344)**	**-**	**(159)**	**55**	**(221)**	**(2.669)**
Subtotal Imobilizado		**932**	**-**	**147**	**(9)**	**(221)**	**849**
Imobilizado em curso		189	(57)	(127)	-	-	5
Total do Imobilizado		**1.121**	**(57)**	**20**	**(9)**	**(221)**	**854**

16. INTANGIVEL

	2021	2020
Intangível - contrato de concessão	67.241	69.917
Intangível - direito de uso	240	702
Intangível - software	2.199	2.050
Total	**69.680**	**72.669**

16.1 Intangível - contrato de concessão:

	Taxa Média de Amortização (%)	Saldos em 2020	Transferências [1]	Baixas [2]	Amortização [3]	Saldos em 2021
Intangível Em Serviço						
Custo	4,08%	197.219	6.528	(1.708)	-	202.039
Amortização Acumulada		(114.815)	-	1.388	(10.430)	(123.857)
Subtotal		**82.404**	**6.528**	**(320)**	**(10.430)**	**78.182**
Obrigações vinculadas à concessão						
Custo	3,93%	58.248	580	-	-	58.828
Amortização Acumulada		(45.761)	-	-	(2.126)	(47.887)
Subtotal		12.487	580	-	(2.126)	10.941
Total		**69.917**	**5.948**	**(320)**	**(8.304)**	**67.241**

	Taxa Média de Amortização (%)	Saldos em 2019	Transferências [1]	Baixas [2]	Amortização [3]	Saldos em 2020
Intangível Em Serviço						
Custo	4,07%	192.222	6.684	(1.687)	-	197.219
Amortização Acumulada		(106.485)	223	1.371	(9.924)	(114.815)
Subtotal		**85.737**	**6.907**	**(316)**	**(9.924)**	**82.404**
Obrigações vinculadas à concessão						
Custo	3,92%	58.307	(59)	-	-	58.248
Amortização Acumulada		(43.514)	-	-	(2.247)	(45.761)
Subtotal		**14.793**	**(59)**	**-**	**(2.247)**	**12.487**
Total		**70.944**	**6.966**	**(316)**	**(7.677)**	**69.917**

[1] Do montante de R$5.948 (R$6.966 em 2020), R$5.948 (R$7.034 em 2020) refere-se às transferências originadas do ativo contratual - infraestrutura em construção, reduzido de R$68 em 2020 referente às reclassificações para o imobilizado. [2] O montante de R$320 (R$316 em 2020), referem-se às baixas realizadas no exercício, contabilizadas nas Ordens de desativação - ODD e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais. [3] A Companhia registrou no exercício, crédito de PIS/COFINS sobre amortização dos bens e equipamentos no montante de R$142 (R$126 em 2020).

Obrigações vinculadas à concessão: A infraestrutura utilizada pela Companhia nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Normativa nº 691 de 08 de dezembro de de 2015, regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para sua desvinculação, quando destinada à alienação. Determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão. A amortização do ativo intangível reflete a forma na qual os benefícios futuros referentes à utilização dos ativos são esperados que sejam consumidos pela Companhia ou limitado ao prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. O padrão de consumo destes ativos está relacionado às vidas úteis estimadas de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. A taxa média ponderada de amortização utilizada é de 4,08% (4,07% em 2020). O saldo do intangível e do ativo financeiro indenizável da concessão estão reduzidos pelas obrigações vinculadas a concessão, que são como segue:

	2021	2020
Contribuições do consumidor [1]	45.966	44.264
Participação da União, Estados e Municípios [2]	22.215	22.215
Reserva para reversão [3]	6	8
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	4.353	4.353
(-) Amortização acumulada	(47.887)	(45.761)
Total	**24.653**	**25.079**
Alocação:		
Ativo financeiro indenizável da concessão	12.596	11.409
Infraestrutura - Intangível em serviço	10.941	12.487
Ativo contratual - infraestrutura em construção e intangível em curso	1.116	1.183
Total	**24.653**	**25.079**

[1] As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica. [2] A participação da União (recursos provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE) e a participação do Governo do Estado, estão destinados ao Programa Luz para Todos. [3] A reserva para reversão constituída até 31 de dezembro de 1971, representa o montante de recursos provenientes do fundo de reversão, os quais foram aplicados em projetos de expansão da Companhia, incidindo juros de 5 % a.a. pagos mensalmente. **16.2 Intangível - direito de uso:** Refere-se ao direito de uso de imóveis originados pela aplicação das normas contábil CPC 06 (R2) e são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato.

	Taxa Média de Amortização (%)	Saldos em 2020	Adição	Transferências	Baixas	Amortização	Saldos em 2021
Intangível - direito de uso - Imóveis							
Custo	16,43%	1.028	219	19	(566)	-	700
Amortização Acumulada		(326)	-	(19)	-	(115)	(460)
Total		**702**	**219**	**-**	**(566)**	**(115)**	**240**

	Taxa Média de Amortização (%)	Saldos em 2019	Adição	Baixas	Amortização	Saldos em 2020
Intangível - direito de uso - Imóveis						
Custo	19,88%	810	227	(9)	-	1.028
Amortização Acumulada		(152)	-	-	(174)	(326)
Total		**658**	**227**	**(9)**	**(174)**	**702**

16.3 Intangível - software:

	Taxa Média de Amortização (%)	Saldos em 2020	Adição	Transferências	Amortização	Saldos em 2021
Intangível - software e outros						
Custo	20,00%	10.893	-	272	-	11.165
Amortização Acumulada		(9.135)	-	-	(647)	(9.782)
Em curso		292	796	(272)	-	816
Total		**2.050**	**796**	**-**	**(647)**	**2.199**

	Taxa Média de Amortização (%)	Saldos em 2019	Adição	Transferências	Baixas	Amortização	Saldos em 2020
Intangível - software e outros							
Custo	20,00%	10.627	-	302	(36)	-	10.893
Amortização Acumulada		(8.384)	-	(63)	34	(722)	(9.135)
Em curso		-	483	(191)	-	-	292
Total		**2.243**	**483**	**48**	**(2)**	**(722)**	**2.050**

17. FORNECEDORES

	2021	2020
CCEE [1]	2.229	17.766
Contratos Bilaterais [2]	15.318	13.988
Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS	1.615	1.879
Conexão à rede	58	40
Uso do sistema de distribuição (CUSD)	1.247	1.286
Encargos do Serviço do Sistema [3]	10.911	984
Materiais, serviços e outros [4]	4.207	2.830
Total	**35.585**	**38.773**
Circulante	34.379	38.087
Não circulante	1.206	686

[1] **CCEE**: a conta CCEE é composta pelas duas últimas provisões do MCP e diminuiu principalmente pela queda do PLD (Preço das Liquidações das Diferenças), que atingiu média próxima ao piso, comparando novembro-dezembro/21 com novembro-dezembro/20. O PLD além de precificar as liquidações de energia no MCP (Mercado de Curto Prazo), também valora as despesas relacionadas ao Risco Hidrológico que, conforme previsto na Lei nº 12.783/2013, são assumidas pelas distribuidoras com direito ao repasse para o consumidor final através do reajuste tarifário. [2] **Contratos bilaterais:-** corresponde as aquisições de energia elétrica ocorrida no exercício, firmados com geradores apresentando variação expressiva do dólar, impactando de forma direta na despesa dos contratos de itaipu e também devido aos reajustes de preços dos demais de contratos pelos índices de inflação (IPCA/IGP-M/INPC); [3] **Enacargos de Serviço do Sistema:-** a variação dos valores de Encargos de Serviços de Sistema refere-se à previsão de aumento do despacho de térmicas fora da ordem de mérito de custo em razão, principalmente, de Segurança Energética. Apesar da melhora das condições hidrológicas com as chuvas do 4º TRI de 2021, a situação ainda é de atenção com o nível dos reservatórios e o acionamento das térmicas fora da ordem de mérito é fundamental para a garantia da segurança do atendimento ao SIN no ano do 2022. [4] **Materiais, serviços e outros:** referem-se as aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição, com prazo médio de liquidação de 30 dias.

18. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ENCARGOS DE DÍVIDAS

A movimentação dos emprestimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	Saldo em 2020	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Divida	Saldo em 2021
Mensuradas ao custo								
Moeda Nacional								
Pré Fixado	955		(953)	(11)	9	-	-	-
Pós Fixado								
CDI	84.267	-	(51.667)	(6.937)	4.484	-	-	30.147
Gastos com captação	(20)	-	-	-	43	(100)	-	(77)
Total do custo	**85.202**	**-**	**(52.620)**	**(6.948)**	**4.536**	**(100)**	**-**	**30.070**
Mensurados ao valor justo								
Moeda Estrangeira								
Dólar	-	40.000	-	(408)	4.531	-	-	44.123
Marcação a mercado	-	-	-	-	-	-	(915)	(915)
Total ao valor justo	**-**	**40.000**	**-**	**(408)**	**4.531**	**-**	**(915)**	**43.208**
Total	**85.202**	**40.000**	**(52.620)**	**(7.356)**	**9.067**	**(100)**	**(915)**	**73.278**
Circulante	74.636							10.125
Não circulante	10.566							63.153

ENERGISA BORBOREMA – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

GRUPO energisa

	Saldos em 2019	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Divida	Saldos em 2020
Mensuradas ao custo								
Moeda Nacional								
Pré Fixado	1.417	-	(462)	(47)	47	-	-	955
Pós Fixado								
CDI	64.249	66.667	(48.590)	(1.981)	3.922	-	-	84.267
Gastos com captação	(8)	-	-	-	28	(40)	-	(20)
Total do custo	**65.658**	**66.667**	**(49.052)**	**(2.028)**	**3.997**	**(40)**	**-**	**85.202**
Mensurados ao valor justo								
Moeda Estrangeira								
Dólar	24.840	-	(29.755)	(313)	5.228	-	-	-
Marcação a mercado	55	-	-	-	-	-	(55)	-
Total ao valor justo	**24.895**	**-**	**(29.755)**	**(313)**	**5.228**	**-**	**(55)**	**-**
Total	**90.553**	**66.667**	**(78.807)**	**(2.341)**	**9.225**	**(40)**	**(55)**	**85.202**
Circulante	74.600							74.636
Não circulante	15.953							10.566

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Empresa / Operação	Total 2021	Total 2020	Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Periodicidade Amortização	(Taxa efetiva de juros) (4)	Garantias (*)
FINAME - Itaú BBA (5)	-	955	2,50% a 8,70% a.a. (Pré)	nov/24	Mensal	2,50% a 8,70%	A
Nota Taxa Flutuante FNR - Santander (3)	10.088	15.029	CDI + 0,80% a.a.	nov/22	Semestral a partir de nov/21	5,22%	A
Safra CCB 001660031	20.059	20.454	CDI + 1,80% a.a.	jun/23	Final	6,22%	A
Santander FRN 4137155	-	13.940	CDI + 4,10% a.a.	jun/21	Final	8,52%	A
Santander FRN 4137161	-	13.940	CDI + 4,10% a.a.	dez/21	Final	8,52%	A
Santander FRN 4137241	-	20.904	CDI + 4,10% a.a.	jul/21	Final	8,52%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(77)	(20)					
Total em Moeda Nacional	30.070	85.202					
EBO X SCOTIABANK - LOAN 4131 - 17062021 (1, 3)	44.123	-	1,5173%a.a. (Pré)	jun/24	Final	8,91%	A
Marcação à Mercado de Dívida (2)	(915)	-					
Total em Moeda Estrangeira	43.208	-					
Total Energisa Borborema	73.278	85.202					

(*) A = Aval Energisa S.A. (1) Os contratos em moeda estrangeira possuem proteção de swap cambial e instrumento financeiro derivativo (nota explicativa nº 32); (2) Em 31 de dezembro de 2021, estas operações estão sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de "hedge" de valor justo ou pela designação como "Fair Value Option" (nota explicativa nº 32); (3) Condições de covenants - o contrato possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela controladora Energisa S.A, sendo os principais listados abaixo.

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBTIDA Ajustado	Menor ou igual a: 4,0x de março/21 até o vencimento	Trimestral e Anual
	Para os financiamentos Scotiabank 4131, o limite é de 4,25x até o vencimento	Trimestral e Anual

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 32 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em 31 de dezembro de 2021, as exigências contratuais foram cumpridas; (4) As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas no exercício de 2021. Para as dívidas em moeda estrangeira, não estão sendo considerados os efeitos do hedge cambial, demonstrados na nota explicativa nº 32 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos. A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa. (5) Em 15 de abril de 2021, a Companhia efetuou a liquidação antecipada dos financiamentos na modalidade Finame junto ao Banco Itaú Unibanco, no valor de R$853. **Garantias:** Os financiamentos obtidos junto ao Finame estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados. A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa. Os principais indicadores utilizados para a atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas nos exercícios:

Moeda/indicadores	2021	2020
US$ x R$	7,39%	(16,54%)
CDI	4,42%	14,00%
IPCA	10,06%	6,29%

Os empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	2021
2023	19.974
2024	43.179
Total	63.153

19. DEBÊNTURES (NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES)

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Saldos em 2020	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Saldos em 2021
Mensuradas ao custo - pós fixado				
CDI	20.212	(698)	1.060	20.574
IPCA	15.389	(675)	2.389	17.103
Gastos com captação	(527)	-	80	(447)
Total do custo	35.074	(1.373)	3.529	37.230
Circulante	251			660
Não circulante	34.823			36.570

	Saldos em 2019	Captação	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Custos Apropriados	Saldos em 2020
Mensuradas ao custo - pós fixado						
CDI	-	20.000	(318)	530	-	20.212
IPCA	-	15.000	-	389	-	15.389
Gastos com captação	-	-	-	35	(562)	(527)
Total do custo	-	35.000	(318)	954	(562)	35.074
Circulante	-					251
Não circulante	-					34.823

A composição dos saldos das debêntures e as principais condições contratuais são como segue:

Operações	Total 2021	Total 2020	Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros
Debentures 4ª Emissão	20.574	20.212	15/02/2020	20.000 / 20.000	CDI + 0,95% a.a	fev / 23	Final	5,37%
Debentures 5ª Emissão 1ª Série	1.961	1.764	11/10/2020	1.720 / 1.720	IPCA + 4,2297% a.a	out / 27	Final	14,29%
Debentures 5ª Emissão 2ª Série	15.142	13.625	11/10/2020	13.280 / 13.280	IPCA + 4,4744% a.a	out / 30	Anual após out/28	14,53%
Custo de captação incorrido na contratação	(447)	(527)						
Total	**37.230**	**35.074**						

Condições de *covenants*: As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pelo controlador Energisa S/A, sendo os principais listados abaixo:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBTIDA Ajustado	Menor ou igual a: 4,0x de março/21 até o vencimento	Trimestral e Anual

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 32). Em 31 de dezembro de 2021, as exigências contratuais foram cumpridas. **Vencimentos:** Em 31 de dezembro de 2021, as debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	2021
2023	19.946
Após 2026	16.624
Total	36.570

20. ARRENDAMENTOS OPERACIONAIS

A Companhia atua como arrendatária em contratos referente imóveis não residenciais para a instalação de agências de atendimentos a clientes, estabelecimentos para desenvolver suas atividades comerciais e centros de distribuição. A mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, em conformidade com o CPC 06 (R2), procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pela própria norma. Devido ao ambiente econômico brasileiro na realidade atual das taxas de juros a longo prazo, essa vedação pode gerar distorções nas informações a serem prestadas. Por conta disto, a Companhia avaliou estes efeitos e concluiu quanto sua imaterialidade para as demonstrações financeiras. As obrigações de arrendamentos não estão sendo demonstradas líquidas de PIS e COFINS, pois, os créditos de PIS e COFINS, oriundos de contratos de arrendamentos não apresentam materialidade suficiente que ensejariam uma apresentação específica. As movimentações do exercício são como segue:

	Prazo médio contratual (anos)	Taxa efetiva a.a. (%)	Saldos em 2020	Adição	Amortização	Juros	Baixa	Saldos em 2021
Arrendamento operacional - Imóveis	5	8,89%	737	219	(199)	60	(566)	251
Total			**737**					**251**
Circulante			163					69
Não circulante			574					182

	Prazo médio contratual (anos)	Taxa efetiva a.a. (%)	Saldos em 2019	Adição	Amortização	Juros	Baixa	Saldos em 2020
Arrendamento operacional - Imóveis	5	8,89%	681	227	(134)	(28)	(9)	737
Total			**681**					**737**
Circulante			204					163
Não circulante			477					574

Em 31 de dezembro de 2021, os valores de arrendamento operacional, classificados no passivo não circulante, têm seus vencimentos assim programados:

	2021
2023	33
2024	26
Após 2025	123
Total	**182**

21. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	2021	2020
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS (*)	13.196	10.055
Encargos sociais	751	534
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	1.288	414
Contribuição social s/ o lucro líquido - CSLL	1.608	286
Contribuições ao PIS e a COFINS	2.707	1.349
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	39	43
Pis e Cofins -Sobre atualização efeitos da redução do ICMS	-	737
Outros	155	261
Total	**19.744**	**13.679**
Circulante	15.749	10.415
Não circulante	3.995	3.264

(*) Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS - inclui R$1.840 (R$1.838 em 2020) referente ao ICMS incidente sobre a TUSD suspenso por liminares (vide nota explicativa nº 6). **ICMS recolhido por espontaneidade:** A Companhia após análise efetuada pelos seus consultores jurídicos e tributários tomou decisão de efetuar recolhimento de forma espontânea relacionado ao ICMS da Geração distribuída, referente ao período de setembro a julho de 2021 no montante de R$1.324.

22. EFEITOS DA REDUÇÃO DO ICMS NA BASE DE CÁLCULO DO PIS E COFINS

Em março de 2017 o STF decidiu em repercussão geral (tema 69) e confirmou que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. Contudo, a União Federal apresentou embargos de declaração buscando a modulação dos efeitos e alguns a definição do valor do ICMS que será excluído da base de cálculo das contribuições. Em junho de 2019, transitou em julgado no Tribunal Regional Federal da 5ª Região decisão favorável no processo da Companhia. A Administração da Companhia, amparada nas avaliações de seus assessores jurídico e tributários, bem como no Despacho nº 246/2021 da Procuradoria da Fazenda Nacional que aprovou o Parecer SEI nº 7.698/2021-ME constituiu ativo de PIS e de COFINS a recuperar no ativo de R$68.711 (R$72.030 em 2020) e passivo de R$77.508 (R$71.193 em 2020), líquido de honorários devidos aos advogados, consultores e dos tributos incidentes sobre a receita financeira, correspondente a aplicação da variação da taxa Selic sobre o o ativo reconhecido. A constituição do passivo decorre do entendimento que os montantes a serem utilizados como créditos fiscais das contribuições deverão ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico. O repasse aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito tributário pela Companhia e será efetuado conforme normas da Receita Federal do Brasil e regulatórias, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Em 13 de maio de 2021 o Supremo Tribunal Federal (STF) manteve integralmente a tese firmada em Repercussão Geral (Tema 69 - "O ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS e da COFINS"), consolidando o entendimento no qual o valor do ICMS destacado na nota fiscal deve ser excluído da base de cálculo das contribuições para o PIS e a COFINS. Em relação à modulação da decisão, foi definido o dia 15 de março de 2017 como marco de retroatividade da decisão, ressalvadas as ações propostas até aquela data. Em observância da tese firmada, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) emitiu o Parecer SEI nº 7698/2021/ME, corroborado pelo Despacho nº 246/2021/PGFN-ME, que dispensa os Procuradores a recorrerem e contestarem quaisquer ações que tenham como fundamento o Tema 69 ainda pendentes de edição. Por consequência do julgamento dos embargos de declaração pelo STF a Companhia reconheceu o montante de R$3.327 nos valores de ativo e passivo constituídos e, consequentemente, nos valores que serão repassados pela Companhia aos consumidores na forma que vier a definir norma regulatória específica a ser editada pela ANEEL. O resumo dos impactos são como segue:

	2021 Ativo	2021 Passivo	2020 Ativo	2020 Passivo
Pis e Cofins - Efeitos da redução de ICMS - Circulante (1)	16.224	-	-	-
Tributos a recuperar Pis e Cofins - Efeitos da redução do ICMS	52.487	-	72.030	-
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins (2)	-	(77.508)	-	(71.193)
Total do ativo e passivo não circulante	**68.711**	**(77.508)**	**72.030**	**(71.193)**

Demonstração do resultado do exercício	2021	2020
Receita operacional bruta		
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins - outros passivos	(3.327)	(7.271)
Efeitos da redução do ICMS na base de cálculo Pis e Cofins - tributos a recuperar	3.327	7.271
Resultado financeiro		
Outras Receitas financeiras		
Atualização dos Tributos a recuperar Pis e Cofins - Efeitos da redução do ICMS	2.781	1.582
Outras Despesas financeiras		
Atualização dos Outros passivos - Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins	(3.154)	(1.582)
Resultado apurado	(373)	-

(1) A Companhia iniciou a compensação dos créditos em maio/2021. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram compensados R$9.427 de tributos a pagar. (2) Deduzidos de R$1.004 (R$837 em 31 de dezembro de 2020), referente aos custos com advogados, consultorias e tributos.

23. ENCARGOS SETORIAIS

	2021	2020
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	431	-
Fundo Nacional Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT (1)	142	121
Ministério de Minas e Energia - MME (1)	71	61
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL (1)	486	146
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D (1)	1.621	2.919
Programa de Eficiência Energética - PEE (1)	2.370	2.805
Total	**5.121**	**6.052**
Circulante	3.232	2.171
Não circulante	1.889	3.881

(1) Os encargos setoriais correspondem a 1% da receita operacional líquida e visam financiar e a combater o desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico relacionado aos Programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D estão registrados na rubrica de serviços em curso até o final dos projetos, quando são encerrados contra os recursos do programa, enquanto a realização das obrigações por aquisição de ativo intangível, tem como contrapartida Obrigações Especiais.

24. PROVISÕES PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS, FISCAIS E REGULTÓRIOS

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria cível, trabalhista e fiscal. **Perdas prováveis:** Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável de perdas pelos assessores jurídicos da Companhia. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada. Por sua natureza, os processos judiciais serão solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros. Segue demonstrativo das movimentações das provisões com as perdas prováveis:

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	2021	2020
Saldos iniciais - não circulante 2020 e 2019	**425**	**1.147**	**-**	**1.572**	**1.923**
Constituições de provisões	498	561	10	1.069	1.276
Reversões de provisões	(259)	(69)	-	(328)	(697)
Pagamentos realizados	(299)	(727)	-	(1.026)	(989)
Atualização monetária	27	63	-	90	59
Saldos finais - não circulante 2021 e 2020	**392**	**975**	**10**	**1.377**	**1.572**
Cauções e depósitos vinculados (*)				(258)	(246)

(*) A Companhia possui cauções e depósitos vinculados no ativo não circulante no montante de R$5.099 (R$3.638 em 2020). Deste total, R$4.841 (R$3.392 em 2020) não possuem provisões para riscos em face do prognóstico de êxito ser possível ou remoto. **Trabalhistas:** A maioria dessas ações discutem horas extras e seus reflexos. **Cíveis:** Os processos cíveis discutem-se principalmente indenizações por acidente com lesão e danos morais/materiais, inscrição no Serasa, danos elétricos e queima de equipamentos, rede de distribuição cuja causa reflete a extensão de rede e demora no atendimento, suspensão de fornecimento indevida e reclamações de consumidores, envolvendo débitos de energia. **Perdas possíveis:** A Companhia possui processos das naturezas trabalhistas, cíveis e3 fiscais em andamento, cuja probabilidade de perdas foi estimada pelos consultores jurídicos como possível, não requerendo a constituição de provisão.

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	2021	2020
Saldo inicial - 2020 e 2019	**474**	**8.423**	**19.581**	**28.478**	**50.410**
Novos processos	1.005	425	1.661	3.091	12.486
Mudança de prognósticos e valor pedido	(240)	(4.609)	(5.022)	(9.871)	(5.026)
Encerramento	(484)	(1.713)	(434)	(2.631)	(30.327)
Atualização Monetária	115	536	815	1.466	935
Saldos finais -2021 e 2020	**870**	**3.062**	**16.601**	**20.533**	**28.478**

Seguem os comentários de nossos consultores jurídicos referente às ações consideradas com riscos possíveis: **Trabalhistas:** As ações judiciais de natureza trabalhistas, referem-se aos seguintes objetos: horas extras, plano de saúde e doença ocupacional. **Cíveis:** Ações judiciais de natureza cível, têm majoritariamente os seguintes objetos: (i) revisão ou o cancelamento de faturas de energia elétrica em razão da incerteza de seu valor; (ii) indenizações por danos materiais e morais decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, (iii) por irregularidades nos aparelhos de medição, (iv) variações de tensão elétrica e (v) falta momentânea de energia. **Fiscais:** Ações de natureza fiscal, contemplam discussões sobre: (i) exigência de ICMS decorrente da glosa de créditos; e (ii) imposto de renda e contribuição social decorrente da glosa de despesas.

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

25.1 Capital Social: O capital social, subscrito e integralizado é de R$82.902 (R$82.532 em 2020) e está representado por 292.919 ações ordinárias, todas nominativas sem valor nominal. O capital social da Companhia poderá ser aumentado, por subscrição, independentemente de modificação estatutária até o limite de 540 mil ações, cabendo ao Conselho de Administração a deliberação sobre forma, condições da subscrição e integralização das ações bem como as características das ações a serem emitidas e o preço de emissão. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 29 de abril de 2021 foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no valor de R$370, passando o capital social da Companhia de R$82.532 para R$82.902, sem emissão de novas ações, mediante a capitalização de saldo de de Outras Reservas de Capital - Reserva de Incentivos Fiscais - Reinvestimento SUDENE relativo ao ano calendário 2018. **25.2 Reserva de capital:**

	2021	2020
Reserva especial de ágio (a)	23.994	23.994
Remuneração de imobilizações	104	104
Programa de remuneração variável (ILP) (b)	640	334
Reserva de incentivos fiscais-reinvestimento (c)	-	370
Total	**24.738**	**24.802**

a) Reserva especial de ágio - constituída em face da incorporação da controladora, conforme mencionado na nota explicativa nº 12, representa o benefício fiscal do ágio que será incorporado ao capital social da Companhia a medida que for apurado benefício fiscal em decorrência da amortização da parcela correspondente do ágio que lhe deu origem. b) Programa de remuneração variável - ILP - refere-se a implementação do Programa de Remuneração Variável através de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP), (vide nota explicativa nº 11). c) Incentivo fiscal de Reinvestimento - instituído pelo Governo Federal, através da Lei nº 5.508/1968, modificado pela Lei nº 8.167/1991, Lei nº 9.532/1997 e Medida Provisória nº 2.199/2014 que permite às empresas dos setores industrial, agroindustrial, infra-estrutura e turismo o reinvestimento correspondente a 30% do Imposto de Renda devido, calculado sobre o lucro da exploração, acrescido de outra parcela (50% desses 30%) de Recursos Próprios. Os incentivos fiscais de Reinvestimento de 30% do IRPJ concedidos pela SUDENE à Companhia submete-se às normas estabelecidas no Manual de Incentivos Fiscais da SUDENE, segundo o qual a incorporação dos recursos ao capital social da empresa deve ocorrer no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir do encerramento do exercício social em que houve a emissão do ofício de liberação pela SUDENE, de forma que a Companhia deverá proceder, quando for o caso, a distribuição de ações ou quotas aos acionistas ou sócios, na forma estabelecida na legislação. No exercício de 2020 foi constituído R$370, deduzidos diretamente da reserva de lucros de incentivos fiscais. **25.3 Reserva de lucros - reserva legal:** Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social, de acordo com o Artigo 193 da Lei nº 6.404/76. A Companhia deixou de constituir a reserva legal no exercício por ter o saldo da reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182, excedido de 30% (trinta por cento) do capital social. **25.4 Reserva de lucros - reserva de incentivos fiscais (imposto de renda):** A Companhia, por atuar no setor de infraestrutura na região Nordeste, obteve a redução do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 629, do Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018 (Novo Regulamento do Imposto de Renda). Esta redução foi aprovada através do Laudo Constitutivo nº 206/2012, Ofício SUDENE nº 2.021 de 19/12/2012, que impõe algumas obrigações e restrições: (i) O valor apurado como benefício não pode ser distribuído aos acionistas; (ii) O valor deve ser contabilizado como reserva de lucros e capitalizado até 31 de dezembro do ano seguinte à apuração e/ou utilizado para compensação de prejuízos, com aprovação em AGO/AGE; e (iii) O valor deve ser aplicado em atividades diretamente relacionadas com a produção na região incentivada. Os incentivos fiscais passaram a ser contabilizados no resultado do exercício com posterior transferência para reservas de lucros - reserva de incentivos fiscais (imposto de renda). No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia apurou R$11.350 (R$6.788 em 2020) de redução de imposto de renda e adicionais. **25.5 Dividendos:** O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e permite a distribuição de dividendos apurados com base em resultados intermediários. A Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	61.331	34.369
Reserva de lucros - reserva de incentivos fiscais (imposto de renda)	(11.350)	(6.788)
Lucro líquido ajustado	**49.981**	**27.581**
Dividendos obrigatórios (25%)	12.495	6.894
• Valores pagos em 26 de maio de 2021 correspondem a R$29,9612325933 (26 de março de 2020 - R$11,8713839320) por ação ordinária (1)	8.776	3.477
• Valores pagos em 26 de agosto de 2021 correspondem a R$33,7611092486 (20 de novembro de 2020 - R$4,3170755055) por ação ordinária (1)	9.889	1.264
• Valores pagos em 10 de dezembro de 2021 correspondem a R$42,72577391700 (20 de novembro de 2020 - R$4,3170755055) por ação ordinária (1)	12.515	-
• Dividendos mínimos obrigatórios a pagar - correspondem a R$7,352309376 por ação ordinária	-	2.153
• Dividendos adicionais propostos - correspondem a R$64,1837141325 (R$0,70,62230647 em 2020) por ação ordinária (2)	18.801	20.687
Total dos dividendos	**49.981**	**27.581**
% sobre o lucro líquido ajustado	100	100

(1) Os dividendos antecipados aprovados pelas RCAs de 13 de maio, 12 de agosto, e 11 de novembro de 202,1 foram calculados sobre o resultado apurado com base no balanço patrimonial de 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2021, respectivamente. (2) Os dividendos adicionais propostos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação, de acordo com as normas do ICPC-08, e serão pagos em data a ser definida em RCA. A Companhia tem como prática alocar o recebimento de dividendos na atividade de investimento na demonstração do fluxo de caixa. **25.6 Outros resultados abrangentes:** Refere-se a contabilização do plano de benefícios pós emprego líquidos de impostos. Os referidos saldos estão contabilizados como Outros resultados abrangentes em atendimento ao CPC 26 - Apresentação das demonstrações financeiras. Segue movimentação nos exercícios:

	2021	2020
Saldo inicial - 2020 e 2021	**680**	**661**
Ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	(155)	29
Tributos sobre ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	52	(10)
Saldo final - 2021 e 2020	**577**	**680**

ENERGISA BORBOREMA – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

GRUPO energisa

26. RECEITA OPERACIONAL

	2021			2020		
	Fora do escopo dos auditores independentes			Fora do escopo dos auditores independentes		
	Nº de consumidores	MWh	R$	Nº de consumidores	MWh	R$
	2018	2018	2018			
Residencial	195.847	284.399	211.360	191.990	276.632	181.059
Industrial	547	47.279	32.993	536	50.937	28.835
Comercial	15.727	118.845	93.200	15.417	119.909	81.423
Rural	14.759	25.132	15.646	15.078	24.990	12.780
Poder público	1.496	27.759	20.004	1.474	27.482	17.289
Iluminação pública	76	35.654	17.688	72	34.392	13.687
Serviço público	82	12.663	5.999	78	12.449	5.094
Consumo próprio	15	233	-	18	247	-
Subtotal	**228.549**	**551.964**	**396.890**	**224.663**	**547.038**	**340.167**
Suprimento de energia a concessionárias	1	29.628	17.587	1	29.796	23.581
Fornecimento não faturado líquido	-	2.974	6.230	-	(1.459)	(2.229)
Disponibilização do sistema de transmissão e de distribuição	32	-	18.713	27	-	16.658
Bônus de redução voluntária de consumo	-	-	(3.559)	-	-	-
Bônus - Reembolso do Fundo CDE	-	-	3.559	-	-	-
Receita de construção da infraestrutura [1]	-	-	15.538	-	-	15.544
Penalidades Regulatórias	-	-	(61)	-	-	(77)
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins	-	-	(3.327)	-		(7.271)
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins - tributos a recuperar	-	-	3.327	-		7.271
Receita de ativo financeiro indenizável da concessão	-	-	12.450	-	-	2.976
Constituição e amortização - CVA ativa e passiva	-	-	35.885	-	-	989
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	20.374	-	-	22.038
Outras receitas operacionais	-	-	4.812	-	-	2.847
Total - receita operacional bruta	**228.582**	**584.566**	**528.418**	**224.691**	**575.375**	**422.494**
Deduções da receita operacional:						
ICMS	-	-	104.431	-	-	90.158
PIS	-	-	6.534	-	-	6.402
COFINS	-	-	30.097	-	-	29.488
ISS	-	-	216	-	-	125
Deduções bandeiras tarifárias - CCRBT [2]	-	-	(1.827)	-	-	(608)
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	1.359	-	-	1.056
Encargos do consumidor - PROCEL	-	-	340	-	-	264
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	17.485	-	-	11.440
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	680	-	-	528
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	-	-	680	-	-	528
Ministério das Minas e Energia - MME	-	-	340	-	-	264
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	374	-	-	394
Total - deduções da receita operacional	**-**	**-**	**160.709**	**-**	**-**	**140.039**
Total - receita operacional líquida	**228.582**	**584.566**	**367.709**	**224.691**	**575.375**	**282.455**

[1] A receita de construção da infraestrutura - está representada pelo mesmo montante em custo de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica. [2] Bandeira tarifária - a partir de janeiro de 2015, as contas de energia tiveram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias, que tem por objetivo equilibrar a exposição da distribuidora aos custos de curto prazo na geração de energia. O acionamento da bandeira tarifária é sinalizado mensalmente pela ANEEL por meio de nota técnica, e os recursos provenientes da aplicação da bandeira tarifária podem ser totais ou parcialmente revertidos à CCRBT, conforme despacho mensalmente divulgado pela ANEEL. As receitas auferidas pela Companhia referentes as Bandeiras Tarifárias no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram de R$37.634 (R$2.268 em 2020), tendo recebido da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias CCRBT o montante de R$1.827 (pago R$608 em 2020). Dessa forma, o efeito líquido das bandeiras tarifárias no resultado da Companhia em 2021 foi de R$39.461 (R$2.876 em 2020).

27. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e despesas operacionais especificados na Demonstração do Resultado do Exercício, possuem a seguinte composição por natureza de gastos:

	Custo do serviço			Despesas operacionais	Total	
Natureza do gasto	Com energia elétrica	De operação	Prestado a terceiros	Gerais e administrativas	2021	2020
Energia elétrica comprada para revenda	191.821	-	-	-	191.821	147.378
Encargo de uso-sistema de transmissão e distribuição	34.512	-	-	-	34.512	29.897
Pessoal e administradores	-	12.506	-	6.821	19.327	17.846
Programa de remuneração variável (ILP)	-	-	-	370	370	223
Benefícios pós emprego	-	163	-	267	430	309
Material	-	2.454	(25)	370	2.799	2.335
Serviços de terceiros	-	5.284	-	10.864	16.148	16.286
Depreciação e amortização (*)	-	8.303	-	841	9.144	8.668
Provisão p/créditos de liquidação duvidosa	-	1.234	-	-	1.234	2.369
Reversão de provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	-	-	-	(295)	(295)	(410)
Custo de construção	-	-	15.538	-	15.538	15.544
Outras	-	339	35	2.086	2.460	1.610
Total	**226.333**	**30.283**	**15.548**	**21.324**	**293.488**	**242.055**

(*) A Companhia registrou no exercício, crédito de PIS e COFINS sobre amortização dos bens e equipamentos no montante de R$142 (R$126 em 2020).

Energia Elétrica comprada para revenda:

	MWH (**)		R$	
	2021	2020	2021	2020
Energia de leilão	348.263	318.860	83.646	66.587
Energia bilateral	89.177	89.421	33.423	26.946
Cotas de Angra REN 530/12	27.572	27.886	6.768	7.879
Energia de curto prazo - CCEE (*)	1.191	2.862	47.208	28.433
Cotas Garantia Física-Res. Homol. ANEEL 1410 - Anexo I	164.662	182.309	32.109	25.015
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	13.364	13.244	5.615	4.444
Energia de reserva - ERR	-	-	2.140	2.817
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(19.088)	(14.743)
Total	**644.229**	**634.582**	**191.821**	**147.378**

(*) Inclui demais custos na CCEE tais como, efeitos da CCEARs, liminares/ajuste de energia leilão, encargos de serviços do sistema e encargos de energia de reserva. (**) Informações fora do escopo dos auditores independentes.

28. OUTROS RESULTADOS

	2021	2020
Outras receitas:		
Ganhos na desativação/alienação de bens e direitos	875	928
Outras	25	-
	900	**928**
Outras despesas:		
Perdas na desativação/alienação de bens e direitos	(1.166)	(1.155)
Outros	(86)	(85)
	(1.252)	**(1.240)**
Total	**(352)**	**(312)**

29. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2021	2020
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	4.376	1.493
Variação monetária e acréscimo moratório de energia vendida	6.585	5.662
Juros ativos financeiros setoriais	4.184	161
Juros Selic s/ impostos a recuperar	83	405
Tributos s/ receitas financeiras	(861)	(474)
Efeitos da redução do ICMS - PIS/COFINS	2.781	1.582
Outras receitas financeiras	512	900
Total receita financeira	**17.660**	**9.729**
Despesas financeiras		
Encargos de dívidas - juros	(6.822)	(4.883)
Variação monetária e cambial	(5.774)	(5.296)
(-) Transferência para ordens em curso	72	46
Marcação a mercado da dívida	915	55
Marcação a mercado derivativos	(2.163)	(55)
Instrumentos financeiros derivativos	3.807	4.911
Atualização de provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	(100)	(59)
Ajuste valor presente ativo	(1.017)	552
Juros passivos financeiros setoriais	82	55
Despesas bancárias	(812)	(695)
Comissão de aval	(1.261)	(1.412)
Multas e juros s/ tributos e contribuições	(145)	(87)
Efeitos da redução do ICMS - PIS/COFINS	(3.154)	(1.582)
Outras despesas financeiras	(116)	(420)
Total despesa financeira	**(16.488)**	**(8.870)**
Receitas financeiras líquidas	**1.172**	**859**

30. LUCRO POR AÇÃO

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado do exercício atribuível e a respectiva quantidade de ações ordinárias e preferenciais em circulação.

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	61.331	34.369
Média ponderada das ações	293	293
Lucro líquido básico e diluído por ação - R$ (*)	209,32	117,30

(*) A Companhia não possui instrumento diluidor.

31. COBERTURA DE SEGUROS

A política de seguros da Companhia baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes. As principais coberturas são:

			Prêmio Anual	
Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	2021	2020
Risco Operacional	22/11/2022	90.000	74	65
Responsabilidade Civil Geral	23/11/2022	90.000	47	49
Auto - Frota	23/10/2022	Até R$ 360 / veículo	7	7
Vida em Grupo - Morte e Acidentes Pessoais (*)	31/01/2023	11.931	37	30
Responsabilidade Civil Administradores e Diretores (D&O)	05/03/2023	75.000	5	5
Transporte Nacional	04/04/2022	Até R$2.000 / viagem	1	1
			171	**157**

(*) Importância segurada relativa ao mês de janeiro/2022 e projeção deprêmio anualizado.

32. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Hierarquia de valor justo: Os diferentes níveis foram assim definidos: • Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; • Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em função da Companhia ter classificado o ativo financeiro indenizável da concessão como melhor estimativa de valor justo por meio do resultado e como os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos no resultado do exercício foram de R$12.450 (R$2.976 em 2020), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgados na nota explicativa nº 13. Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos financeiros:

		2021		2020	
ATIVO	Nível	Contábil	Contábil	Contábil	Valor justo
Custo amortizado					
Caixa e equivalente de caixa		5.010	5.010	10.760	10.760
Consumidores e concessionárias		56.223	56.223	59.389	59.389
Ativos financeiros setoriais		43.390	43.390	12.682	12.682
		104.623	**104.623**	**82.831**	**82.831**
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	54.265	54.265	98.394	98.394
Ativo financeiro indenizável da concessão	3	105.271	105.271	83.806	83.806
Instrumentos financeiros derivativos	2	7.922	7.922	-	-
		167.458	**167.458**	**182.200**	**182.200**

		2021		2020	
PASSIVO	Nível	Contábil	Contábil	Contábil	Contábil
Custo amortizado					
Fornecedores		35.585	35.585	38.773	38.773
Empréstimos e financiamentos, debêntures e encargos de dívidas		110.508	110.451	120.276	119.703
Arrendamentos operacionais		251	251	737	737
Passivos financeiros setoriais		19.079	19.079	25.522	25.522
		165.423	**165.366**	**185.308**	**184.735**
Valor justo por meio do resultado:					
Instrumentos financeiros derivativos	2	5.090	5.090	-	-

Derivativos: O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação. A Companhia tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de *swap* e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação cambial além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado. As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes. **Hedge Accounting:** A Companhia efetuou a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo "swap" (instrumento de "hedge") para troca de variação cambial e juros, para variação do CDI como "hedge" accounting. Em 2021 essas operações, assim como as dívidas (objeto do "hedge") estão sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de "hedge" de valor justo. Em tais designações de "hedge" a Companhia documentou: (i) a relação de "hedge"; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o "hedge" e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração da efetividade do "hedge". **Fair Value Option:** A Companhia optou pela designação formal de novas operações de dívidas contratadas no exercício, para as quais a Companhia possui instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo "swap" para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo ("Fair Value Option") tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os "swaps" quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. Durante o período o valor contábil das dívidas designadas como "Fair Value Option" foi impactado em R$915 (R$55 em 2020) e reconhecido como resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de "swap" de taxa de juros era reconhecido no resultado. A Companhia não possui avaliação de risco de crédito ou instrumento derivativo contratado para esta exposição. Na avaliação da Companhia, a alteração do risco de crédito não tem impacto significativo. **Incertezas:** Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações, entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. **Administração financeira de risco:** O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. Assim, fixou limites de atuação da Companhia com montantes e indicadores preestabelecidos na "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro" (disponível no website da Companhia) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia. A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia. A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro. **Gestão de risco de Capital:** O índice de endividamento no final do exercício são:

	2021	2020
Dívida (a)	110.580	120.276
Caixa e equivalente de caixa	(5.010)	(10.760)
Dívida líquida	105.570	109.516
Patrimônio líquido	168.026	158.359
Índice de endividamento líquido	0,63	0,69

(a) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 18 e 19. **a) Risco de liquidez:** A administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia. As maturidades contratuais dos principais passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, são as seguintes:

	Taxa média de juros efetiva ponderada	Até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		34.379	-	-	-	1.206	35.585
Empréstimos financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	10,81%	8.357	8.891	87.381	1.819	25.853	132.301
Instrumentos Financeiros Derivativos		2.387	2.703	(7.670)	(252)	-	(2.832)
Total		**45.123**	**11.594**	**79.711**	**1.567**	**27.059**	**165.054**

O risco de liquidez representa o risco de a Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e também se antecipando para futuras necessidades de caixa. Pelo modelo energético brasileiro, a energia elétrica adquirida pela Companhia é produzida majoritariamente por usinas hidrelétricas. Um período de escassez prolongado de chuvas, pode ocasionar, uma redução relevante nos níveis dos reservatórios das usinas, obrigando o acionamento de termelétricas o que pode ocasionar aumento de custos para as distribuidoras. Este cenário pode provocar uma pressão no caixa das distribuidoras a curto prazo, fazendo com que medidas governamentais de equilíbrio ao sistema sejam implementadas, como aumento nas tarifas futuras e de bandeiras tarifárias. Estas ações, aliadas ao constante monitoramento dos compromissos assumidos pela Companhia em seus contratos de compra de energia, reduzem a exposição da distribuidora quanto a variação no custo da energia. **b) Risco de crédito:** A Administração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro" do Grupo Energisa. Constituído no primeiro trimestre de 2010, o Comitê de Auditoria do Conselho de Administração tem a função de supervisionar se a administração da Companhia vem seguindo as regras e princípios estabelecidos na política. O risco de crédito é representado por contas a receber de consumidores e concessionárias, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a maioria dos clientes inadimplentes. O ativo financeiro indenizável da concessão que corresponde a parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura. Para os ativos financeiros setoriais referem-se aos ativos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, constitui um direito a receber da Companhia. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sidos recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão. **Exposição a riscos de crédito:** O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito conforme apresentado abaixo:

	Nota	2021	2020
Caixa e equivalente de caixa	5.1	5.010	10.760
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.2	54.265	98.394
Consumidores e concessionárias	6	56.223	59.389
Ativos financeiros setoriais	9	43.390	12.682
Ativo financeiro indenizável da concessão	13	105.271	83.806

c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio: Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 18, é composta de financiamentos obtidos junto a diversos agentes de fomento nacional (Eletrobrás, Banco do Nordeste e BNDES) e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo "método do custo amortizado" com base em suas taxas contratuais. Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as operações de vendas de opções vinculadas aos swaps dos passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 com alta de 7,39% sobre 31 de dezembro de 2020, cotado a R$5,5805/USD. A volatilidade do dólar norte-americano em 2021 era de 10,79%, enquanto em 2020 foi de 14,12%. Do montante consolidado das dívidas bancárias e de emissões da Companhia, excluído os efeitos dos custos a apropriar, em 31 de dezembro de 2021 de R$111.032 (R$120.823 em 2020), R$43.208 estão representados em dólares conforme nota explicativa nº 18. As operações que possuem proteção cambial e os respectivos instrumentos financeiros utilizados estão detalhadas abaixo. As operações que possuem proteção cambial e os respectivos instrumentos financeiros utilizados estão detalhadas abaixo. Os empréstimos em dólar norte americano têm vencimento de curto prazo (último vencimento em junho de 2024) e custo máximo de 1,51% ao ano mais variação cambial. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação do dólar se apresentam conforme segue:

	2021
Ativo não circulante	7.922
Passivo circulante	5.090

Não se trata de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de "*hedge*" e não reflete a expectativa da Administração. A Companhia possui proteção contra variação cambial adversa de 100% dos financiamentos, protegendo o valor principal e dos juros até o vencimento. As proteções acima estão divididas nos instrumentos descritos a seguir:

		Custo Financeiro (% a.a.)			
Operação	National (USD)	Ponta Ativa	Ponta Passiva	Vencimento	Designação
Resolução 4131 - Scotabank	7.901	USD + 1,78%	CDI + 1,65%	17/06/2024	*Fair Value Option*

Adicionalmente, a Companhia possui operações de *swap* de taxa de juros (taxas pré-fixadas, CDI) associada ao "National" de seu endividamento em moeda local (Reais). As operações de *swap* de juros estão relacionadas a seguir:

		Custo Financeiro (% a.a.)			
Operação	National (BRL)	Ponta Ativa	Ponta Passiva	Vencimento	Designação
JP Morgan X EAC	13.938	IPCA + 4,47%	CDI + 1,80%	11/04/2024	N.A
Bofa X EAC	1.834	IPCA + 4,22%	CDI + 0,83%	13/10/2026	N.A

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, cujos valores não foram contabilizados como "*fair value hedge*", vigentes em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	Valor de referência			Valor justo	
Fair Value Option	2021	2020	Descrição	2021	2020
Dívida designada para "Fair Value Option"	**40.000**	-	Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(43.207)	-
			Posição Ativa		
Swap Cambial (Derivativo)	40.000	-	Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	43.207	-
			Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(40.149)	-
			Posição Líquida Swap	3.058	-
			Posição Líquida Dívida + Swap	**(40.149)**	**-**

A Companhia designa certos instrumentos de "hedge" relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros e taxa pré-fixada dos empréstimos como "hedge" de valor justo ("fair value hedge"), conforme demonstrado abaixo:

	Valor de referência			Valor justo	
Fair Value Hedge	2021	2020	Descrição	2021	2020
Dívida (Objeto de Hedge) *	15.772	-	Taxa Pré-Fixada	-	-
			Posição Ativa		
			Taxa Pré-Fixada	15.863	-
			Posição Passiva		
Swap de Juros (Instrumento de Hedge) *	15.772	-	Taxa de Juros CDI	(16.089)	-
			Posição Líquida Swap	(226)	-
			Posição Líquida Dívida + Swap	(226)	-

O valor justo dos derivativos contratados, pela Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 18 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como valor justo, conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros. A Marcação a Mercado (MtM) das operações da Companhia foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram

EMPRESA PARAIBANA DE COMUNICACAO S.A. - EPC:09366790000106
Assinado de forma digital por EMPRESA PARAIBANA DE COMUNICACAO S.A. - EPC:09366790000106
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, st=PB, l=Joao Pessoa, ou=AC SOLUTI Multipla, ou=20937130000162, ou=Presencial, ou=Certificado PJ A1, cn=EMPRESA PARAIBANA DE COMUNICACAO S.A. - EPC:09366790000106
Dados: 2022.03.29 11:31:12 -03'00'
GRUPO energisa

obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BMF. **Análise de Sensibilidade:** De acordo com o CPC 40, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado: **a) Variação cambial:** Considerando a manutenção da exposição cambial em 31 de dezembro de 2021, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cen[ario III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(40.000)		(40.000)	(38.736)	(47.125)
Variação Dívida	-		-	1.264	(7.125)
Swap Cambial					
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos - USD e LIBOR	43.207		43.207	41.943	50.332
Variação - USD e LIBOR	-	AltaUS$	-	(1.264)	7.125
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Taxa de Juros CDI	(40.149)		(40.149)	(40.149)	(40.149)
Variação - Taxa de Juros CDI	-		-	-	-
Subtotal	3.058		3.058	1.794	10.183
Total Líquido	**(36.942)**		**(36.942)**	**(36.942)**	**(36.942)**

(*) O cenário provável é calculado a partir da expectativa do dólar futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de dólar é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre dólar spot, CDI, cupom cambial e dólar futuro seja sempre válida. Os derivativos no "Cenário Provável", calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa pré-fixada brasileira em reais para 31 de dezembro de 2021, atingem seu objetivo, o que é refletido no valor presente negativo de R$36.942, que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), maiores serão os resultados positivos dos swaps. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao dólar, de 25% e 50%, e em função da Companhia não possuir atualmente limitadores, levaria a valor presente negativo de R$36.942 em ambos os casos. **b) Variação das taxas de juros:** Considerando a manutenção da exposição às taxas em 31 de dezembro de 2021, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Local - Taxa de Juros	(15.772)		(15.772)	(15.772)	(15.772)
Variação Dívida	-		-	-	-
Swap de Juros					
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Pré	15.863		15.863	15.863	15.863
Variação - Taxa de Juros		- Alta CDI	-	-	-
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos - CDI	(16.089)		(16.089)	(16.089)	(16.089)
Variação - CDI + TJLP	-		-	-	-
Subtotal	(226)		(226)	(226)	(226)
Total Líquido	**(15.998)**		**(15.998)**	**(15.998)**	**(15.998)**

(*) O cenário provável é calculado a partir da expectativa do dólar futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de dólar é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre dólar spot, CDI, cupom cambial e dólar futuro seja sempre válida. Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros em 31 de dezembro de 2021 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 4,42% TJLP = 4,38% ao ano) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (1)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	54.265	Alta CDI	6.023	7.529	9.035
Instrumentos financeiros passivos:					
Swap	(40.149)	Alta CDI	(4.457)	(5.571)	(6.686)
	(50.721)	Alta CDI	(5.630)	(7.038)	(8.445)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(17.103)	Alta IPCA	(1.721)	(2.151)	(2.582)
Subtotal (2)	(107.973)		(11.808)	(14.760)	(17.713)
Total -perdas (2)	**(53.708)**	-	**(5.785)**	**(7.231)**	**(8.678)**

(*) Considera o CDI de 31 de dezembro de 2022 (11,10% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro de 2021, IPCA 10,06% ao ano. (**) Não inclui as operações pré-fixadas no valor de R$3.059.
Gerenciamento de risco de liquidez: O risco de liquidez representa o risco de a Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, se antecipando para futuras necessidades de caixa.

33. BENEFÍCIOS PÓS EMPREGO

33.1. Plano de suplementação de aposentadoria e pensões: A Companhia é patrocinadora de 2 planos de benefícios previdenciários aos seus empregados, do Plano Borborema de modalidade Benefício Definido (BD) e do Plano Energisa de modalidade Contribuição Definida, ambos administrados pela ENERGISAPREV, estando apenas esse último aberto ao ingresso de novos participantes. **a. Plano de Benefícios Borborema (BD):** É um plano na modalidade de benefícios definido que passou a ser administrado pela EnergisaPrev a partir de abril de 2018, mediante Portaria Autorizativa PREVIC nº 1.138 de 11/12/2017, e está fechado para novas inscrições. Este plano é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros. O Plano assegura: I. aos participantes: • Complementação de Aposentadoria Normal; • Complementação de Aposentadoria Antecipada; • Complementação de Aposentadoria por Invalidez. II. aos beneficiários: • Complementação de Pensão por Morte. **b. Plano de Contibuição Definida - Energisa CD:** O Plano Energisa de contribuição definida, tem os benefícios de riscos totalmente repassados para uma seguradora, é reconhecido como plano de benefício pós-emprego e não está sujeito à avaliação atuarial para mensuração e reconhecimento de obrigação de benefício definido no âmbito do CPC 33 (R1). A contribuição da patrocinadora para os planos de benefícios previdenciários durante o exercício foi de R$429 (R$309 em 2020). **c. Migração entre planos:** Em 2021 e 2020 foram realizados movimentos de migração de participantes do Plano Borborema para o Plano Energisa de Contribuição Definida - Energisa CD, com 100% de adesão. Esse processo foi autorizado pela PREVIC, através da Portaria nº 467, de 02 de julho de 2020. A migração aconteceu em duas tranches, sendo elas em dezembro/2020 e julho/2021. Não existem mais participantes no Plano Borborema. O quadro a seguir apresenta o percentual de participantes que migraram de cada plano por tranche:

	1º Tranche		2º Tranche		Acumulado	
Plano	**Ativo**	**Assistido**	**Ativo**	**Assistido**	**Ativo**	**Assistido**
Borborema	95%	46%	5%	54%	100%	100%

Situação financeira dos planos de benefícios definidos - avaliação atuarial: Com base na avaliação atuarial elaborada por atuários independentes da Companhia em 31 de dezembro de 2021, seguindo os critérios requeridos pelo CPC 33 (R1) - Benefício a empregados, os planos apresentam a seguinte situação: **a. Número de participantes/beneficiários:**

	2021	2020
Número Participantes	-	2
Número Assistidos	-	6
Número Beneficiários Pensionistas	-	2

b. Premissas utilizadas na avaliação atuarial:

	2021	2020
I - Premissas Biométricas		
Tábua de Mortalidade Geral (1)	**N/A**	BR-EMS 2015
Tábua de Entrada em Invalidez	**N/A**	N/A
Tábua de Mortalidade de Inválidos (1)	**N/A**	MI-85
Composição Familiar (Ativos)	**N/A**	Família Padrão
Composição Familiar (Assistidos)	**N/A**	Família Real
II - Variáveis Econômicas	**N/A**	
Taxa Real de Desconto da Obrigação Atuarial	**N/A**	3,21%
Expectativa de Inflação Futura	**N/A**	3,00% a.a.
Taxa de Rendimento Esperado dos Ativos	**N/A**	6,31%
Fator Capacidade Salarial e de Benefício	**N/A**	N/A
Taxa de Crescimento Real de Salários	**N/A**	2,88%
Taxa de Rotatividade	**N/A**	0,00%
III - Regime Financeiro de Capitalização	**N/A**	Crédito Unitário Projetado

(1) Tábuas específicas por sexo. As premissas atuariais adotadas são imparciais e mutuamente compatíveis. A taxa de desconto é baseada no rendimento do título público NTN-B, indexado ao IPCA. O título foi utilizado pois apresenta características condizentes com as características dos benefícios. A taxa de rendimento esperado sobre os ativos do plano reflete as expectativas de mercado relativas a rendimentos dos ativos do plano. A taxa de crescimento salarial real é baseada na experiência histórica da Companhia. Para a apuração do valor presente das obrigações de benefício definido é empregado o método do crédito unitário projetado. Esse método é obrigatório segundo CPC 33 (R1). O método do crédito unitário projetado considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biométricas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados. Quando o saldo da obrigação se mostrar superior ao valor justo dos ativos do plano, o déficit é reconhecido no passivo da patrocinadora. Podem ser aplicadas reduções ao valor presente da obrigação atuarial com base no conceito de compartilhamento de riscos com participantes e assistidos, em linha com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) e com orientações emitidas pelo Instituto Brasileiro de Atuários. As remensurações ou ganhos e perdas atuariais gerados por alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria ou decorrentes do ajuste pela experiência do plano são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. **c. Conciliação da posição dos planos:** A seguir apresentamos a conciliação e movimentação dos ativos e obrigações dos planos de aposentadoria e pensão da Companhia:

Conciliação entre o saldo de abertura e de fechamento - Ativo	**2021**	**2020**
Valor justo dos ativos em 2020 e 2019	**7.363**	12.930
Ganhos/ (Perdas) dos ativos	(268)	(540)
Retorno esperado dos ativos do plano	(225)	823
Contribuições do empregador	2	45
Contribuições dos participantes do plano	3	74
Benefícios pagos	(231)	(513)
Custo do Serviço Passado (encurtamento/curtailment)	(6.644)	(5.456)
Valor justo dos ativos em 2021 e 2020	**-**	**7.363**

Conciliação entre o saldo de abertura e de fechamento - Obrigação	**2021**	**2020**
Valor presente das obrigações em 2020 e 2019	7.331	11.498
Custo do serviço corrente	-	140
Custo dos juros	(224)	729
Contribuições de participantes	3	74
(Ganhos) /Perdas atuariais	(433)	397
Benefícios pagos	(231)	(513)
Custo do Serviço Passado (encurtamento/curtailment)	(6.446)	(4.994)
Valor presente das obrigações em 2021 e 2020	**-**	**7.331**

Posição liquida dos planos	**2021**	**2020**
Valor justo dos ativos	-	7.363
Valor presente das obrigações	-	(7.331)
Posição líquida	**-**	**32**
Limite do Ativo		**(32)**
Superavit passível de recolhimento	-	-

d. Alocação percentual do valor justo dos ativos do plano:

	2021	2020
Investimentos:		
Títulos públicos	-	84,24%
Fundos de investimento	-	12,85%
Empréstimos e financeimaentos	-	0,81%
Créditos privados e depósitos	-	2,05%
Outros realizáveis	-	0,05%
Total	**-**	**100,00%**

e. Análise de sensibilidade: A premissa atuarial significativa para a determinação da obrigação atuarial é a taxa de desconto. Para demonstrar como a obrigação do benefício definido teria sido afetada por mudança significativa da taxa de desconto, a análise de sensibilidade foi realizada considerando alteração da taxa de desconto em 0,25% de aumento ou redução, mantendo-se todas as demais premissas adotadas. A seguir são apresentados os resultados:

Movimentação dos Saldos	**2021**	**2020**
Valor presente das obrigações Atuariais real	-	11.498
Valor presente das obrigações Atuariais com redução de 0,25%	-	11.639
Valor presente das obrigações Atuariais com aumento de 0,25%	-	10.904

33.2. Plano de saúde: A Companhia mantém benefício pós emprego, de Assistência Médico-Hospitalar para os empregados ativos, aposentados, pensionistas e seus dependentes legais. As contribuições mensais da companhia para o púbico de ativos correspondem as despesas médicas de utilização mais a taxa de administração, caracterizado como modalidade de Pós Pagamento. Já para o público de inativos, são realizados encontros de contas na qual é avaliado a receita arrecada (mensalidades e coparticipações) e, deste total, descontado os custos de utilizações. Os custos de ativos e inativos são reajustados anualmente em função da variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização, e de outras despesas incidentes sobre a operação. O saldo atuarial do plano de benefício pós-emprego (Despesas de Assistência Médico-Hospitalar) foi de R$161 (R$5 em 2020), tendo sido apurado no exercício o montante de R$156 (R$26 em 2020) dos quais R$1 (R$1 em 2020) foi registrado na rubrica benefícios pós emprego - despesa de pessoal, R$2 em 2020 em outras despesas financeiras na demonstração de resultado exercício. Além de, R$155 (R$29 em 2020) referente aos ganhos e perdas atuarias contabilizados em outros resultados abrangentes, líquidos de impostos, no patrimônio líquido. A Companhia participa do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras/seguradoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e/ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano, desde que assumam a totalidade do custeio e que façam direto, conforme legislação (Lei nº 9.656/98). No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, as despesas com o plano de saúde foram de R$1.051(R$1.237 em 2020). Inclui R$1 (R$1 em 2020), referente a cálculo atuarial do plano de saúde. Abaixo apresentado a conciliação dos saldos reconhecidos no balanço, um demonstrativo da movimentação do passivo (ativo) atuarial líquido, no exercício, e o total da despesa reconhecida na demonstração do resultado.

	2021	2020
Valor presente da obrigação no início do ano	5	31
Custo do serviço corrente bruto	1	1
Juros sobre obrigação atuarial	-	2
Perdas (ganhos) atuarial sobre a obrigação atuarial	155	(29)
Valor das obrigações calculadas no final do ano	161	5
Circulante	16	1
Não circulante	145	4

Demonstração das despesas para o exercício de 2022, segundo critérios do CPC33 (R1):

	2022
Custo do serviço corrente	16
Valor das obrigações calculadas no final do ano	16

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de assistência médico são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. **a. Principais hipóteses atuariais utilizadas:**

	2021	2020
Variáveis Econômicas		
Taxa Real de Desconto da Obrigação Atuarial	5,31%	3,80%
Expectativa real de inflação futura	4,50%	3,00%
Taxa de desconto da obrigação atuarial	10,05%	6,91%
Taxa de crescimento de benefícios	4,50%	3,00%
Taxa real de crescimento de custos médicos	4,00%	4,00%
Taxa de crescimento de custos médicos	8,68%	7,12%
Taxa de Rotatividade	8,50%	9,50%
Permanência no plano de aposentadoria	75,00%	75,00%
Fator de envelhecimento	Nulo	Nulo
Tábuas Biométricas		
Tábua de mortalidade	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo
Tábua de inválidos	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo
Entrada de invalidez	LIGHT (Fraca)	LIGHT (Fraca)
Método de financiamento	Crédito unitário projetado	Crédito Unitário Projetado

34. COMPROMISSOS

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia, como segue:

Contratos de compra de energia (*)					
Vigência	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**	**Após 2025**
2022 a 2054	121.448	114.507	110.572	105.603	1.685.032

(*) Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa e Itaipu.
Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço médio corrente findo do exercício de 2021 e foram homologados pela ANEEL.

35. MEIO AMBIENTE (*)

A Companhia trata os impactos sociais e ambientais de seus serviços e instalações, através de programas e práticas que evidenciam a sua preocupação e responsabilidade para com o meio ambiente, dentre as quais merecem destaque: 1. Redes e linhas: para as extensões de redes e linhas que passem em regiões de mata, ou outro tipo de área de preservação permanente, a empresa faz o RAS - Relatório Ambiental Simplificado, e quando necessário, o Estudo Fitossociologico. Também apresenta as possíveis e eventuais medidas mitigadoras e/ou compensatórias a serem implementadas, à sua execução conforme previsto nas Normas Brasileiras de Distribuição, bem como as adotadas pela Companhia. 2. Construções das linhas de distribuição de alta tensão e subestações, além dos Relatórios Ambientais Simplificados - RAS são elaboradas estudos de arqueologia preventiva supervisionado pelo IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico Arqueológico Nacional, quando necessário, que indicam a possibilidade de ocorrência de vestígios arqueológicos e se encontrados são avaliados os possíveis impactos sobre o patrimônio histórico cultural, como também a elaboração de Estudo de Viabilidade Ambiental - EVA, Plano de Controle Ambiental - PCA, Inspeções Ambientais. São instalados nas subestações proteção para evitar o contato acidental de animais e consequentemente sua morte. 3. Operacionalização do Sistema de Gestão de Meio Ambiente, Aspectos Sociais, Saúde e Segurança: prevê a implementação de uma ferramenta compatível com as normas ISO 14.001, e Legislação pertinentes, capaz de fornecer os subsídios necessários ao adequado monitoramento dos aspectos socioambientais, saúde e segurança. 4. Realização de padronização de procedimentos operacionais, instruções técnicas e normas de distribuição e transmissão unificadas, englobando todas as atividades da Gerência Técnica Corporativa da Distribuição em consonância com o Sistema de Gestão em Meio Ambiente, Aspectos Sociais, Saúde e Segurança, com apoio da área de meio ambiente da Companhia. 5. Realização sistemática e permanente de análises em amostras de óleo isolante, verificando-se a não existência de indícios de ascarel e/ou de impurezas, de forma a eliminá-los dos equipamentos da empresa, ratificando, assim, o cumprimento dos requisitos legais. 6. Disposição e tratamento de resíduos: além de ter conhecimento da natureza e das quantidades de resíduos gerados durante seu processo de produção, possui procedimentos para manuseio, transporte e destinação final de produtos. A Companhia tem consciência de sua responsabilidade ambiental, procedendo desta forma o recondicionamento e regeneração de óleos isolantes utilizados em seus equipamentos e recuperação de óleo lubrificante industrial, garantindo a reutilização deste material e evitando a poluição do meio ambiente, bem como a disponibilização de papas-lâmpada, pilha e bateria, para os colaboradores depositarem os resíduos e destinarmos de forma adequada os resíduos, através de empresas devidamente licenciadas. 7. Desenvolvimento de campanhas de redução de consumo de água e energia, educação com base nos 3R´s (Reduzir, Reutilizar e Reciclar) e educação para o consumo consciente, através da distribuição de cartilhas e palestras nas escolas (Dia da Água, Semana do Meio Ambiente, Dia da Árvore), e da divulgação interna (intranet, adesivos e cartazes fixados pela empresa e proteção de tela dos computadores). 8. Projeto de Reforma Civil em Subestações que consiste na construção de bacia de contenção de óleo isolante e sistema separador de água óleo, com o objetivo de mitigar a área contaminada caso ocorra vazamento de óleo nos transformadores de grande porte e instalação de proteção contra animais. 9. No Projeto 8 Verde, projeto de meio ambiente voltado para conscientização ambiental da população com foco na distribuição de mudas, disciplinando a correta maneira de plantio e distribuição de cartilhas sobre arborização. 10. Projeto Pilheta - voltado para conscientização ambiental da população, com foco na distribuição de totens, disciplinando a correta maneira de destinação final de resíduos classe I por parte dos municípios, realizando a propagação da logística reversa e sua real importância como engajamento das partes interessadas e cadeia de valor no tocante as prefeituras e sua população. Com isso, por meio do engajamento de todos se faz o recolhimento de pilhas/baterias e destina-se para empresas de processamento e transformação realizando a reciclagem do material. 11. Convênio firmamos acordo com a SBAU - Sociedade de Arborização urbana objetivando a disseminação socioambiental e a gestão da arborização no estado da Paraíba. 12. Contratação de fornecedores que, comprovadamente, tenham boa conduta ambiental, bem como informa aos parceiros e clientes sobre as boas práticas adotadas pela empresa na preservação e defesa do meio ambiente que visam, em suma preservar a vida. 13. Atuação junto ao poder público municipal e estadual para incluir a compatibilidade com a arborização no planejamento de obras e treinamento de procedimentos adequados para poda de árvores bem como o uso de redes protegidas e isoladas na construção das nossas redes. 14. Apoio a Cooperativa CONTRAMAERE, promovida pela UFCG- Universidade Federal de Campina Grande, que atua na região do planalto da Borborema, especificamente em Campina Grande, com a missão de desenvolver pesquisas e reciclagem dos resíduos sólidos; No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os montantes investidos nos projetos acima descritos totalizaram R$5.688 (R$9.290 em 2020), sendo R$5.219 (R$8.890 em 2020) alocados no ativo intangivel e R$469 (R$310 em 2020) em custos e despesas operacionais.
(*) informações fora do escopo dos auditores independentes.

36. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AO FLUXO DE CAIXA

Em 2021 e 2020, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são como seguem:

	2021	2020
Outras transações não caixa		
Ativo financeiro indenizável da concessão - Bifurcação de Ativos	9.309	6.967
Ativo financeiro indenizável da concessão - Valor justo ativo indenizável	12.450	2.976
Atividades operacionais		
Pagamento de Fornecedores a prazo	1.891	1.187
Arrendamento mercantil - CPC 06 (R2)	(347)	218
Tributos a recuperar - Pis e Cofins - Efeitos da redução do ICMS	(3.319)	8.854
Atividades de investimentos		
Aquisição de intangível em processo de pagamento	1.891	1.187
Intangivel - CPC 06 (R2)	(347)	218
Atividades de financiamento		
Capitalização de reservas	-	-

37. EVENTOS SUBSEQUENTES

Reajuste tarifário: A ANEEL através da Resolução Homologatória nº 3.008 de 1º de fevereiro de 2022, e Nota Técnica nº 05/2022-SGT/ANELL, aprovou o resultado do reajuste tarifário da Companhia a vigorar a partir de 04 de fevereiro de 2022, cujo impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi um aumento de 9,72%.

Nível de Tensão	Efeito Médio para o Consumidor
Baixa Tensão	9,35%
Alta e Média Tensão	9,85%
Total	9,72%

Pagamento de dividendos do exercício 2021: O Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 16 de março de 2022, aprovou a distribuição de dividendos intercalares à conta do lucro do exercício de 2021, no montante de R$18.801, equivalentes a R$ 64,1837141325 por ação ordinária do capital social. Os pagamentos serão efetuados a partir de 25 de março de 2022, com base na posição acionária da Companhia em 16 de março de 2022.

Diretoria Executiva

Márcio Mario Zidan - Diretor Presidente
Jairo Kennedy Soares Perez - Diretor Técnico e Comercial
Maurício Perez Botelho - Diretor Financeiro
Alexandre Nogueira Ferreira - Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia
José Marcos Chaves de Melo - Diretor de Suprimentos e Logística
Daniele Araújo Salomão Castelo - Diretora de Gestão de Pessoas
Gioreli de Sousa Filho - Diretor sem Designação Específica

Conselho de Administração

Ivan Müller Botelho - Presidente
Ricardo Perez Botelho - Vice-Presidente
André La Saigne de Botton - Conselheiro Independente
Marcílio Marques Moreira - Conselheiro Independente
Omar Carneiro da Cunha Sobrinho - Conselheiro Independente
Marcelo Silveira da Rocha - Conselheiro
Maurício Perez Botelho - Suplente

Contador

Vicente Côrtes de Carvalho - CRC/MG-042523/O-7

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Diretores, Conselheiros e Administradores da **Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S.A.** Campina Grande - PB. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e o Balanço Social. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e o Balanço Social e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e o Balanço Social e, ao fazê-lo, considerar se esses relatórios estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidos de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração e/ou no Balanço Social, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.
Rio de Janeiro, 16 de março de 2022.
ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP015199/O-6
Roberto Cesar Andrade dos Santos
Contador CRC - 1RJ093771/O-9